



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0339/17	DATA: 26/04/2017	
LOCAL: Plenário 13 das Comissões	INÍCIO: 10h16min	TÉRMINO: 13h40min	PÁGINAS: 69

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

GILBERTO KASSAB - Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

SUMÁRIO

Debate sobre os planos, programas, projetos e prioridades do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

OBSERVAÇÕES



O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Magalhães) - Declaro aberta a presente reunião de audiência pública, fruto do Requerimento nº 187, de 2017, do Deputado Sandro Alex, e do Requerimento nº 189, de 2017, desta Presidência, que tem por objetivo discutir os planos, programas, projetos e prioridades do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Comunico que esta reunião está sendo transmitida ao vivo pela Internet, e, para acompanhá-la, basta acessar a WebCâmara, no *site* principal da Casa ou na página da Comissão.

Convido para compor a Mesa o Ministro Gilberto Kassab, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações — S.Exa. já se encontra ao nosso lado —, a quem quero agradecer a presteza no atendimento ao convite desta Comissão, que já comandou com maestria; o Dr. Juarez Quadros, Presidente da ANATEL — Agência Nacional de Telecomunicações, e o 1º Vice-Presidente da Comissão, Deputado Sandro Alex.

Passo a palavra ao Ministro Gilberto Kassab.

O SR. MINISTRO GILBERTO KASSAB - Bom dia a todas e a todos. Ao saudar o Presidente Paulo Magalhães e o Vice-Presidente Sandro Alex, eu queria saudar todos os Parlamentares e todas as Parlamentares que integram esta Comissão.

Quero dizer que é muito gratificante ter a oportunidade de, na condição de Ministro, visitar esta Comissão. Quando Deputado Federal, fui integrante desta Comissão e tive a honra de presidi-la há, infelizmente, um par de anos atrás.

Estamos aqui hoje com a nossa equipe a convite dos senhores, para que possamos discutir, de maneira bastante sintética num primeiro momento e depois de maneira aprofundada, hoje ou nas reuniões subsequentes, os importantes problemas que atingem hoje o mundo da ciência, da pesquisa, da inovação e da comunicação no nosso País.

Estou acompanhado de todos os principais integrantes da nossa equipe, que, assim como no Senado, onde estivemos numa audiência duas semanas atrás, ocupará aqui a tribuna para, de modo bastante sintético, apresentar as suas principais metas e com isso criar uma identidade, uma forma de trabalho em conjunto com esta Comissão.



Eu registro, Deputado Paulo Magalhães, a alegria realmente muito grande de estar aqui com os senhores neste momento.

Sem mais delongas, registro algo muito especial que acontecerá no dia 4 de maio: faremos o lançamento do primeiro satélite brasileiro que proporcionará ao Brasil um aumento significativo da sua capacidade de banda larga, o que é motivo de muita alegria para todos nós, para o Presidente da TELEBRAS, para o Secretário de Comunicações. Depois eles farão uso da palavra brevemente para apresentar o significado disso para o nosso País.

Eu convidaria para fazer a sua saudação, em primeiro lugar, o nosso sempre Deputado Guilherme Campos, que já foi Parlamentar desta Casa e hoje preside a empresa Correios, que está vinculada ao nosso Ministério. Gostaria que ele ocupasse aqui um lugar. Logo após, eu convidaria o Jailson, Secretário de Pesquisa, para fazer sua apresentação.

Sugiro ao Guilherme que não faça suas saudações — 14 pessoas vão se manifestar —, a fim de ganharmos tempo. Saudando o Presidente, estará saudando a todos.

O SR. GUILHERME CAMPOS JÚNIOR - Obrigado, Ministro. É sempre um prazer estar aqui novamente na Câmara.

Ao saudar o Presidente Paulo Magalhães e o Vice-Presidente Sandro Alex, saúdo todos os Parlamentares.

Estivemos aqui na semana passada a convite desta Comissão, explicando a situação dos Correios, quais as ações foram tomadas, todos os procedimentos feitos. Estamos novamente aqui à disposição de todos os Parlamentares, sob a batuta do Ministro Kassab, para dar todas as informações necessárias a respeito dessa importante empresa estatal do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. MINISTRO GILBERTO KASSAB - Guilherme, peço que fale rapidamente — sei que já havia falado na ocasião em que aqui esteve, mas nem todos os Deputados estavam presentes — a respeito do problema financeiro dos Correios, quais são as propostas para que possamos superá-lo.



O SR. GUILHERME CAMPOS JÚNIOR - Muito bem. Os Correios são uma empresa estatal de 354 anos, presente nos 5.570 Municípios do País, com 6.500 agências próprias, 4.500 agências comunitárias e 1.000 agências franqueadas.

São mais de 110 mil funcionários, descontando os que estão aderindo ao PDI — Processo de Desligamento Incentivado. E, de um elenco de 17 mil pessoas, funcionários dos Correios elegíveis, aderiram a esse PDI somente 5.500. Esse número, que ainda é aquém do necessário para buscarmos o reequilíbrio da empresa, traz uma economia anual da ordem de 700 milhões de reais. É um número insuficiente.

Nós estamos enfrentando uma situação financeira muito difícil em face da não mudança, transformação e atualização da empresa nos últimos 10 anos, pelo menos, ao contrário do que aconteceu com os correios do mundo. Todos eles, há 10 ou 15 anos, promoveram modificações para que pudessem substituir a atividade postal. A atividade postal é composta de duas coisas juntas: a comunicação através da logística do papel impresso ou papel escrito, que é a carta, a correspondência. Nisso, os Correios têm o monopólio. E isso vem caindo devido a todas as novas tecnologias e todas as novas possibilidades existentes hoje para comunicação entre pessoas, empresas e instituições. Os Correios precisam se atualizar, precisam ter alternativas à sua atividade.

Nós estamos implementando todos os estudos e transformações necessárias neste ano. Há um programa em andamento, o Programa Dez em 1 dos Correios, focando neste momento principalmente nas encomendas. É uma atividade concorrencial na qual os Correios já exercem há muito tempo. Os Correios são o maior operador logístico do País na área do *e-commerce*, mas vêm perdendo terreno, competitividade nos últimos anos.

Citarei os números grossos da empresa: em 2015, houve um prejuízo de 2 bilhões e 100 mil reais; no ano de 2016, ainda não foi fechado, mas o prejuízo é dessa ordem de grandeza.

De 2000 até 2016, os Correios só tiveram resultado operacional, lucro operacional, Deputado Arolde, durante 5 anos — 2001, 2002, 2007, 2008 e 2010. Em todos os outros anos, os Correios tiveram prejuízo operacional. Eles tiveram lucro, sim, mas lucro sobre receitas financeiras.



Essas receitas financeiras foram impactadas, porque de 2007 a 2013, os Correios tiveram por parte do seu patrão, do seu controlador, que é o Governo Federal, uma antecipação de retirada de dividendos da ordem de 6 bilhões de reais. Esse dinheiro que foi retirado da empresa foi muito além da previsão legal, muito além do que seria razoável para a empresa que está enfrentando todos esses desafios e todas essas mudanças que precisam ser implementadas.

Paralelamente a isso, houve um aumento muito representativo do custo dos nossos trabalhadores. Hoje, os custos dos Correios, aproximadamente 66%, são referentes a pessoal: salários e benefícios. Os benefícios foram conquistados nos últimos tempos, dentro do contexto do monopólio e, hoje, na atividade principal, que se vislumbra como a mais sustentável para a empresa, que é a concorrencial, são totalmente incompatíveis com o mundo concorrencial que há lá fora.

Vamos destacar de todos os benefícios o plano de saúde dos Correios: a famosa Postal Saúde.

A Postal Saúde tem uma participação de 93% da empresa, de 7% do funcionário, que abrange além do trabalhador, os seus dependentes, cônjuges e pais. Se hoje há 110 mil trabalhadores na ativa, há mais de 400 mil vidas no plano de saúde da Postal Saúde — 400 mil vidas! Isso representou, no ano de 2015, daquele prejuízo de 2 bilhões e 100 mil reais, o custo de 1 bilhão e 800 milhões de reais.

Vejam a dimensão da gravidade!

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Foi 1 bilhão e 800 milhões de reais só da Postal Saúde?

O SR. GUILHERME CAMPOS JÚNIOR - Só da Postal Saúde, Deputado Júlio Cesar, do prejuízo de 2 bilhões e 100 mil reais. É um benefício que foi conquistado. Do ponto de vista legal, é irretocável, mas do ponto de vista de manutenção e sustentação, por parte da empresa de um benefício desse, o momento e a atividade hoje já não nos permitem viabilizar isso.

Nós tivemos a oportunidade de conversar com os trabalhadores, durante o período do acordo coletivo, que resultou numa comissão paritária para discutir especificamente este assunto. Esta discussão começou em 20 de outubro e terminou em 4 de abril, e não chegamos a nenhuma proposta.



Em razão da ausência da construção de um acordo e da necessidade de os Correios se posicionarem para se recuperar, nós levamos este assunto para a mediação do Tribunal Superior do Trabalho, onde encaminhamos a seguinte proposta: os Correios se encarregariam 100% da saúde dos seus trabalhadores na ativa e dos aposentados. Ficaria a critério de cada um dos trabalhadores dos Correios, dentro do seu livre arbítrio, da sua possibilidade, a inclusão de dependentes — cônjuges, pais e mães — no plano que se constitui, que é o Postal Saúde, com valores muito abaixo daqueles que são praticados no mercado, mas esse custo seria por conta do trabalhador, como é em todas as empresas públicas e privadas.

Além disso, nós propusemos que 15% do resultado apurado ao final do exercício fossem destinados especificamente para a parte dos empregados, para a cobertura dos seus dependentes. Trata-se de um número muito expressivo. Colocamos tudo aquilo que se vislumbra para os Correios para este ano e para os próximos anos. Ajudaria muito o custeio por parte dos trabalhadores e da empresa.

Dessa forma, nós poderíamos equacionar o maior problema que nós temos hoje na gestão na empresa, que é o plano de saúde. Nós estamos passando por um momento de muita discussão, inclusive com ameaças de greve por parte dos trabalhadores. Estivemos discutindo o assunto na semana passada, ontem, e colocamos todas as dificuldades da empresa. Houve, inclusive, uma atitude muito antipática, dura, que ninguém gosta de tomar, mas que foi necessária: a suspensão das férias pelo período de 1 ano, 12 meses, para que pudéssemos ter uma garantia no nosso caixa. O desembolso, principalmente com o Postal Saúde, está muito representativo.

Essas conversas permanecem. A data para a qual foi marcado o início da greve é o dia de amanhã. E nós estamos conversando, procurando uma solução, dialogando e sensibilizando os trabalhadores dos Correios para o fato de que uma greve neste momento não vai ser benéfica para ninguém — nem para os trabalhadores, nem, principalmente, para a empresa que serve aos brasileiros do País todo. O momento pelo qual passamos é muito delicado.

Para finalizar, Presidente, queria aproveitar esta oportunidade para desmentir uma notícia que está sendo veiculada nas redes sociais e colocada no País todo. Já



tomamos as devidas medidas legais e informamos à Polícia Federal, que está indo atrás de quem promoveu essa mentira. Trata-se da informação de que os Correios estariam contratando atendentes, carteiros e operadores de triagem e transbordo — OTTs a partir de amanhã. Essa notícia é mentirosa e visa a conturbar o ambiente, fragilizar ainda mais as pessoas que estão necessitando de emprego.

Os Correios não contratam, pois são uma empresa pública. As pessoas só podem ser contratadas mediante concurso. E não há previsão de concurso. Isso já foi colocado de uma maneira muito transparente por nós, pelo Ministro e pelos nossos órgãos controladores. Não haverá concurso para os Correios neste ano. Essa notícia de contratação por parte dos Correios é mentirosa, difundida por alguém covarde, que quer conturbar o ambiente.

Queria agradecer esta oportunidade e me colocar à disposição de todos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. MINISTRO GILBERTO KASSAB - Obrigado, Guilherme.

Para encerrar o tema Correios, antes dos debates, evidentemente, eu quero registrar a posição do Governo, definida pelo Presidente Temer quando nos convidou para assumir o Ministério.

O Governo é contra a privatização dos Correios e trabalha para o seu fortalecimento. Essa é a nossa missão. Porém, existe outra diretriz. O Governo não vai colocar recursos nos Correios. Não existe a menor possibilidade de ser transferido do Tesouro um único centavo para os Correios, até por conta da conjuntura econômica em que vivemos.

Temos tido cada vez mais compreensão dos funcionários dos Correios, que vivem um momento difícil, de angústia, de insegurança, por conta das dificuldades por que a empresa passa. Eles sabem que estamos solidários à empresa, que queremos o seu fortalecimento e que, por diretriz do Presidente da República, estamos trabalhando para fortalecê-la, e não para privatizá-la.

Mas os cortes são necessários, porque, evidentemente, nenhum país pode suportar uma empresa pública que dê um déficit de 2 bilhões de reais por ano — nem 1 bilhão de reais, nem 500 milhões de reais. Uma empresa como os Correios não pode ter nenhum centavo de déficit. Essa é a nossa missão.



Eu queria cumprimentar toda a Diretoria dos Correios, que está no rumo certo para conquistar uma posição de equilíbrio.

Obrigado, Guilherme.

Vou passar a palavra para o Jailson, nosso Secretário de Pesquisas.

O SR. JAILSON BITTENCOURT DE ANDRADE - Bom dia.

Cumprimentando o Deputado Paulo Magalhães e o Ministro Gilberto Kassab, cumprimento também os demais componentes da Mesa, assim como todos os que se encontram neste plenário.

A Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento, uma das cinco do MCTIC, tem como missão propor e implementar políticas e programas, visando ao desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação do País.

Entre as atribuições da Secretaria, que praticamente não tem limite temático de atuação, está a elaboração e a coordenação da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

A última Estratégia, que, inicialmente, englobaria os anos de 2016 a 2019, na gestão do Ministro Kassab foi expandida até 2022, com uma visão estratégica de um prazo maior — um prazo muito curto possibilita uma atuação mais tática do que estratégica. E o ano de 2022 foi escolhido com a inspiração de ser o ano do bicentenário da independência do Brasil.

A Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação foi aprovada no ano passado pelo Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, que é presidido pelo Presidente da República e tem o Ministro da Ciência e Tecnologia como Secretário-Executivo. O lema da Estratégia aprovada é *Ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento econômico e social*. Ou seja, busca-se um desenvolvimento sustentável.

Um dos grandes objetivos da Estratégia é expandir, consolidar e articular a infraestrutura de pesquisa do País. Por infraestrutura, leia-se infraestrutura física e inteligência — cérebro também faz parte dessa inteligência. O Ministério entende, no desenvolvimento da Estratégia, que a estrutura de ciência e tecnologia no Brasil é pequena, levando-se em conta o tamanho e os desafios do País, mas altamente qualificada, com uma grande inserção internacional, e consegue dar respostas rápidas à população.



O exemplo mais recente, de que todos se lembram, talvez sejam os surtos de dengue e zika, em que o Ministério atuou juntamente com o Ministério da Saúde, o Ministério da Educação e a Casa Civil e foram dadas grandes respostas, inclusive com desenvolvimento de vacinas e várias publicações de grande peso internacional.

O principal exemplo disso é que a cientista brasileira que deu partida a isso, a Celina Turchi, foi considerada uma das dez personalidades do ano pela revista *Nature*, altamente consagrada, e, na semana passada, uma das dez maiores personalidades do ano pela revista *Time*. Isso mostra que o Brasil tem uma posição de destaque no cenário internacional. A questão toda é o tamanho dessa posição de destaque.

Neste momento, o Ministério coordena um grande número de unidades de pesquisa. Coordena também vários projetos de pesquisa de caráter nacional e internacional. Esses projetos envolvem, por exemplo, regiões como a Antártica, onde temos uma grande ação, que é apoiada por vários Deputados; os biomas, a biotecnologia, a bioeconomia, o clima — o Ministério é responsável por elaborar a comunicação nacional que o Brasil faz a respeito do clima.

Ao finalizar esta breve intervenção, gostaria de destacar que o Ministério atua em plena consonância com o setor acadêmico e com o setor de inovação do País. A SEPED — Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento, juntamente com as outras quatro Secretarias do Ministério, tem como papel e objetivo precípua o desenho e a implementação de estratégias e a articulação com a sociedade, com o setor acadêmico e com o setor empresarial.

O SR. MINISTRO GILBERTO KASSAB - Obrigado, Jailson.

Eu queria que você abordasse duas questões muito importantes. Eu peço ao Presidente desta Comissão que avalie e decida se nos dá seu apoio.

A primeira questão é o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Queremos discutir com esta Casa e com o Senado a aprovação de um projeto de lei que impeça o contingenciamento do fundo. Mas, mostrando responsabilidade e também isenção partidária, sugerimos que essa lei, se aprovada, tenha vigência apenas a partir de 2020, para não atrapalhar o andamento das políticas econômicas do Governo e permitir ao futuro Governo que, em seu primeiro ano, ainda conte com o contingenciamento. Qualquer que seja o candidato à



Presidência da República saberá que a partir do segundo ano do seu governo esses recursos não poderão mais ser contingenciados — eu não serei mais Ministro, Michel Temer não será mais Presidente, qualquer que seja o Presidente ele vai conviver com essa situação.

Por que isso? Porque a pesquisa, a inovação e esses investimentos não podem ter solução de continuidade. E têm atrapalhado muito o desenvolvimento do País esses contingenciamentos do Fundo.

Eu pedi que o Presidente Paulo Magalhães discutisse esse tema com o Presidente da Comissão do Senado, Senador Otto Alencar, para que fosse esse projeto apresentado em conjunto e, assim, ter uma tramitação séria — até porque tenho certeza de que será acolhido pelas Casas. Eu sinto isso ao conversar com os Parlamentares.

Portanto, Jailson o primeiro ponto que eu gostaria que você abordasse é este: o quanto esse contingenciamento traz de prejuízo para as pesquisas, para a ciência do País. O segundo são os vetos do marco legal e a importância de aprovarmos o novo projeto de lei. De maneira bem sintética, gostaria que abordasse os dois pontos.

O SR. JAILSON BITTENCOURT DE ANDRADE - Obrigado, Ministro.

Bom, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — FNDCT surge, juntamente com o CTPETRO — Plano Nacional de Ciência e Tecnologia do Setor Petróleo e Gás Natural, em 1998.

Esses fundos foram expandidos durante o início deste século e são de especial relevância para a ciência e para a tecnologia no Brasil.

Eles têm um componente acadêmico, em que apoiam pesquisas voltadas especialmente para as universidades e institutos e pesquisa, e têm um componente ligado ao setor empresarial, em que apoia vários trabalhos de pesquisa junto às empresas — inclusive há possibilidade de empréstimo.

Uma das partes desse Fundo é o CT-INFRA, o Fundo Setorial de Infraestrutura, que apoia as universidades brasileiras, nas quais há investimento de bilhões de reais.



Os contingenciamentos afetam tanto o apoio às universidades, por meio do CT-INFRA, como o desenvolvimento das pesquisas básicas, especialmente as apoiadas pelo CNPq, e a interação com o setor empresarial.

Hoje, o contingenciamento e o disponibilizado para aplicação abre como se fosse uma grande boca de jacaré — isso foi discutido bastante no ano passado na Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado — e mostra que o que é colocado hoje à disposição do sistema é muito menor do que o arrecadado e o que existe, o passivo. Eu diria que essa relação hoje é mais ou menos de 1 para 8.

O não contingenciamento desse fundo permitirá o resgate de vários trabalhos, de vários grandes projetos que nós temos em andamento, como a continuidade desse financiamento.

Neste momento, por exemplo, as universidades brasileiras estão sofrendo muito com o não pagamento do último edital do CT-INFRA, que não pôde ser feito exatamente devido ao contingenciamento que sofre esse fundo.

Então, a proposta do Ministro é de que haja descontingenciamento gradual e que, a partir de 2020, não haja mais contingenciamento. Dessa forma, haveria um bom tempo para transição.

Ainda sobre os fundos, outra questão que nos é muito preciosa é o Fundo Social, que provem especificamente dos recursos da exploração do petróleo e representa um bom volume de recursos. A expectativa é que esses recursos sejam aplicados em saúde, educação, ciência e tecnologia.

O Congresso Nacional regulamentou 50% do uso desse fundo social para saúde e educação. No entanto, durante a reunião, ciência e tecnologia desapareceram. Mas existem 50% dos recursos desse fundo sem uma aplicação e uma destinação diretas. Como ciência e tecnologia são um dos objetivos da lei, essa disponibilidade certamente ampliará em muito o orçamento que teremos para ciência, tecnologia e inovação.

Outra questão que o Ministro pede que comente é o Marco Legal.

O Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação foi assassinado em janeiro do ano passado. Esse Marco realmente foi fruto de uma discussão intensa entre o setor acadêmico, a sociedade e, em especial, o setor empresarial. A ação foi muito bem concertada entre esses vários setores, e nos momentos finais estava



praticamente acordado que o Marco passaria sem vetos. Apesar disso, nos últimos instantes, houve alguns vetos a ele.

Estes vetos criaram uma grande instabilidade, especialmente na interação entre o setor acadêmico e o setor empresarial, e refletiram muito mais no setor empresarial do que junto ao setor acadêmico. Isso praticamente paralisou várias ações de articulação, devido à insegurança jurídica que os vetos promoveram.

Portanto, é de extrema importância que esses vetos sejam removidos e que seja restabelecido o acordo original: o Marco Legal sem vetos.

No momento, o Ministério está trabalhando em relação ao decreto que vai regulamentar o Código de C&T. O Secretário Álvaro Prata, que deve falar aqui, está bem à frente desta discussão, mas nós esperamos que, além de ser feita a regulamentação, com o decreto, os vetos sejam removidos.

O SR. MINISTRO GILBERTO KASSAB - Então, são dois temas muito importantes.

Gostaria de registrar que a Câmara derrubou o veto, e o Senado quase o derrubou também — faltaram 3 votos.

A Receita não vai mudar o seu ponto de vista. Portanto, nós combinamos, no Senado, com alguns Líderes, que eles apresentariam o projeto. A Receita vai sugerir o veto, o Presidente vai vetar, mas nós derrubaríamos o veto.

Este é um tema muito importante. Eu diria, Jailson, que é um dos principais temas que temos como meta, além das nossas operações rotineiras no mundo da pesquisa e da ciência.

Gostaria de agradecer a presença do Jailson e convidar para usar a palavra o Sr. Álvaro Toubes Prata, Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação.
(Palmas.)

O SR. ÁLVARO TOUBES PRATA - Bom dia.

Eu inicio saudando o Presidente, Deputado Paulo Magalhães; o Ministro Gilberto Kassab; todos os Deputados; as senhoras e os senhores presentes e dizendo que a Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação é o braço do Ministério que interage sobretudo com o setor industrial, promovendo o desenvolvimento tecnológico e inovação.



O Brasil tem uma boa ciência. O Brasil é forte cientificamente. Somos uma das nações que mais contribui cientificamente no mundo para o avanço de áreas específicas. Mas temos este desafio de usar mais e mais o nosso conhecimento científico em benefício do desenvolvimento tecnológico, em benefício da indústria, em benefício da economia, em benefício da sociedade de uma maneira geral.

Nós atuamos em duas grandes vertentes para promover o desenvolvimento tecnológico e a inovação.

A primeira vertente está associada aos programas, aos instrumentos, às políticas de apoio à inovação de uma maneira geral, seja estimulando ambientes inovadores e o empreendedorismo, pois sabemos que isso é muito importante, seja estimulando a criação dos parques tecnológicos, acompanhando os parques tecnológicos, as incubadoras de empresas, seja dando apoio à gestão das micro e pequenas empresas de uma maneira ampliada — nós temos criado os laboratórios dito abertos para que aquelas empresas que não possuem uma infraestrutura consolidada de pesquisa e desenvolvimento possam fazer uso de equipamentos e de pessoas qualificadas para desenvolver um determinado produto.

Então, esta é uma das nossas preocupações: os ambientes inovadores que têm sido uma mola propulsora do desenvolvimento tecnológico, de maneira mais ampliada, sobretudo focando o pequeno empresário e o empreendedorismo de base tecnológica.

Ainda na questão do apoio à inovação, uma das preocupações do Ministério se refere ao ordenamento jurídico, como foi mencionado; à possibilidade de que tenhamos uma segurança jurídica que possa apoiar a aproximação entre universidade e empresa, possa apoiar a inovação de uma maneira ampliada.

Temos a Lei do Bem, que é uma lei extremamente importante, uma vez que permite que as empresas possam abater uma parte daquilo que é devido como imposto, se utilizarem os recursos equivalentes no investimento em pesquisa e desenvolvimento.

A Lei do Bem, como o próprio nome diz, tem promovido muito o desenvolvimento tecnológico e a inovação. O nosso grande desafio, neste momento, é ampliar os benefícios da Lei do Bem.



Hoje, a Lei do Bem só contempla aquelas empresas que trabalham com lucro real. Embora a fração de empresas que trabalham com lucro real seja pequena no universo das nossas empresas — corresponde a 3% das nossas empresas —, é claro que essas são as maiores e as principais empresas. Quer dizer, considerando 100% a receita bruta de todas as empresas, aquelas que trabalham com lucro real são quase 80%. Então, a lei atinge essas grandes empresas.

Mas nós temos que levar em consideração que, de uma maneira crescente, o desenvolvimento tecnológico e a inovação se apoiam nas *start-ups*, nas empresas que se iniciam, nas pequenas empresas.

Em grandes números, nós temos em torno de 5 milhões de empresas. Dessas, 3 milhões e 600 mil fazem uso do SIMPLES e 1 milhão e 100 mil empresas contribuem com base no lucro presumido. Portanto, se somarmos as empresas que contribuem pelo SIMPLES com as que contribuem com base no lucro presumido, estaremos falando em 4 milhões e 700 mil empresas. Então, ainda que as 150 mil empresas que contribuem sobre o lucro real contemplem uma parcela significativa da receita bruta — e, portanto, dos empregos e também da arrecadação dos tributos —, no contexto do desenvolvimento tecnológico e inovação, mais e mais nós temos que focar nas pequenas e médias empresas. Com isso, o esforço que tem sido feito neste momento é para ampliar os benefícios da Lei do Bem, para que um número maior de empresas possa fazer uso deles.

Foi mencionado pelo Secretário Jailson o Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, um importante instrumento, que está em processo final de regulamentação e vai permitir, de maneira mais ampliada — e aí a expectativa de que esses vetos possam ser levantados, para que essa segurança jurídica seja ampliada —, esse relacionamento entre o meio acadêmico, que abriga a maior parte do conhecimento científico, e o setor industrial e as empresas, que promovem o desenvolvimento tecnológico e a inovação.

Um terceiro pilar de apoio à inovação se refere aos serviços tecnológicos. E aí é que o Ministro atua na extensão tecnológica, que é um primeiro passo que leva ao desenvolvimento tecnológico e à inovação, a partir das suas diferentes redes — as Redes SIBRATECs — e das novas iniciativas que têm promovido muito o desenvolvimento tecnológico e a inovação.



Nesse contexto, eu destaco a EMBRAPIL — Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial, que, ainda que seja muito recente, tem sido um sucesso muito grande. A EMBRAPIL tem a ambição de fazer para o setor industrial aquilo que a EMBRAPA fez para a agricultura e a pecuária — e tem feito. Hoje já são mais de 140 as empresas atingidas pela EMBRAPIL que atendem ao desenvolvimento tecnológico de uma maneira muito efetiva e muito inteligente.

Dou um rápido exemplo. Digamos que uma determinada empresa queira fazer um desenvolvimento tecnológico, tenha uma ideia e queira colocar aquilo em prática, mas o projeto que leva ao desenvolvimento dessa ideia custe 3 milhões de reais. Se ela procurar uma das unidades credenciadas da EMBRAPIL, automaticamente o valor que a empresa terá que aportar já cairá a um terço do valor inicial, porque a unidade EMBRAPIL vai contribuir com um terço, economicamente, para o desenvolvimento do projeto, o Governo Federal, financeiramente, com mais um terço, e a empresa aportará um terço. Portanto, para um projeto que custaria 3 milhões de reais, a empresa desembolsaria 1 milhão de reais. Se essa empresa é uma pequena ou média empresa, este 1 milhão de reais será oneroso. A partir de um convênio da EMBRAPIL com o SEBRAE, o SEBRAE entra com 80% desse 1 milhão de reais. Então, um projeto que custaria 3 milhões de reais essa empresa executa por 200 mil reais.

Com isso, e considerando que as unidades da EMBRAPIL são unidades com grande qualificação temática, científica, tecnológica em áreas específicas, nós temos promovido muito o desenvolvimento tecnológico e a inovação dessa forma.

Outro enfoque da nossa Secretaria se refere àquelas tecnologias que são estruturantes: tecnologias estratégicas, tecnologias que impulsionam o desenvolvimento tecnológico e a inovação, tecnologias modernas. E, aí, há um grande número de tecnologias que são exploradas.

Neste ponto, eu posso mencionar toda a preocupação que o Ministério tem com as energias renováveis. Algo que nós nunca podemos esquecer é a nossa bela matriz energética. O Brasil é o País que tem a matriz mais diversificada e se apoia mais em fontes renováveis. Isso é único, e é impressionante como o País lida bem com isso.



Para mencionar rapidamente aos senhores um dado sobre essa questão energética, nós sabemos que grandes países fazem bastante uso do carvão, por exemplo. A maior parte da energia gerada pela China é proveniente do carvão. Pois os nossos recursos energéticos em carvão são mais do que o dobro do que temos de petróleo, mas, ainda assim, nós deixamos o carvão ali; não o utilizamos. Não precisamos utilizá-lo com grande intensidade.

Então, nós temos uma matriz altamente diversificada. Temos avançado muito em energia eólica, temos avançado muito em energia solar e mais e mais vamos fazer isso. Assim, uma preocupação é estimular as energias renováveis, estimular o biocombustível. Nós começamos lá atrás com o ProÁlcool e seguimos avançando com o biocombustível, com a bioeconomia, utilizando a biomassa de maneira muito ampliada.

Um último destaque que eu faço se refere aos nossos minerais estratégicos. O Brasil tem um grande número de minerais estratégicos. Hoje, quando nós falamos de desenvolvimento ecológico e inovação, nós não podemos nos esquecer dos elementos terras-raras. Eles têm esse nome porque tem a aparência de terra. Já o adjetivo “rara”, que compõe o nome deles, é indevido, porque eles existem em abundância. Mas, quando nós os extraímos, fazemos a lavra, eles vêm em pouca quantidade. Então, são ralos. Talvez o nome “ralo” fosse melhor do que “raro”.

O Brasil tem em abundância esses 17 elementos, que estão na maior parte dos equipamentos e instrumentos de alta tecnologia. Então, um equipamento como o celular, em quase todas as suas partes, faz uso de elementos terras-raras — seja na tela, seja nos circuitos.

O Brasil tem isso em abundância, e há uma preocupação muito grande de se construir uma cadeia produtiva para os elementos terras-raras, que vai desde a extração até à formação dos óxidos e das ligas e ao produto final.

E são inúmeros os produtos finais. Eu destaco, por exemplo, os ímãs feitos de gadolínio, um importante elemento terra-rara que dá uma superpotência ao ímã. Então, se estamos falando de gerador eólico, nós temos que colocar aquela estrutura pesada e grande, que é a turbina eólica, lá em cima da torre. Normalmente, os ímãs são feitos de ferro comum, e, se nós fazemos isso com o



elemento terra-rara, a potência dele se torna bem maior, e o peso, bem menor, barateando, melhorando essa tecnologia e dando mais acesso a ela.

Outra preocupação em relação às tecnologias é a relativa a essas tecnologias ditas convergentes e habilitadoras. Menciono aqui a nanotecnologia, com atuação muito horizontal. Mais e mais, o mundo fará uso da nanotecnologia. Mais e mais, nós temos conseguido trabalhar a matéria nos seus elementos mais essenciais. Isso tem um impacto muito grande para melhorar os produtos e muitos produtos já existentes. Aqueles que não conhecem, os empresários que não dominam a tecnologia, mais e mais terão, que fazê-lo, porque o mundo, mais e mais, fará uso da nanotecnologia.

Quero destacar também a questão da Indústria 4.0, a manufatura avançada, essa nova revolução industrial. O mundo tem se transformado, temos acompanhado isso. A maneira como as indústrias, a produção, o mundo produtivo e as fábricas se organizam tem sofrido uma grande transformação, seja pela Internet das coisas, seja pela automação, seja pelos robôs, seja pelos sensores, seja pela impressão tridimensional. Mais e mais, as pequenas coisas se aproximam para que tenhamos a nossa própria impressora e possamos fazer um objeto tridimensional. E isso trará uma grande revolução.

E é claro que o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação tem se preocupado com isso. Temos atuado junto com o MDIC e temos construído a Estratégia Nacional de Manufatura Avançada.

Por fim, para encerrar, quero destacar aquelas tecnologias ditas estratégicas, que são também uma grande preocupação do nosso Ministério, da nossa Secretaria. Refiro-me às tecnologias aeroespaciais; refiro-me à energia nuclear; e às tecnologias ligadas à Defesa, de uma maneira muito ampliada.

O Ministro mencionou e celebrou o lançamento do nosso satélite. E há a preocupação de que possamos dominar toda a tecnologia associada ao lançamento de satélites e que nós possamos fabricar e lançar os nossos próprios satélites, para dar um exemplo.

Hoje os satélites mudam de tamanho. O satélite que será lançado possui 5 toneladas, mas começamos a falar de satélites com 500 quilos e começamos a falar também de micro e nanosatélites, que, na verdade, não são micros ou nanos, mas



satélites de 1 quilo, 2 quilos, que devem causar um grande impacto, uma grande transformação tanto na defesa quanto nas telecomunicações.

Então, esse é um quadro das coisas que estão a cargo da nossa Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. MINISTRO GILBERTO KASSAB - Prata, você quer dizer algo mais além daquilo que o Jailson já falou em relação ao Marco Legal e ao contingenciamento do Fundo?

O SR. ÁLVARO TOUBES PRATA - Ministro, o Secretário Jailson, que está muito envolvido com isso, fez a explanação na totalidade daquilo que era preciso ser dito.

O que eu posso fazer é me juntar a ele nesse grande esforço, que nós precisamos fazer em duas direções, não é, Ministro? Primeiro, é preciso levantar esses vetos. Oito artigos foram vetados e representam 6 questões marcantes. A preocupação era com o impacto fiscal que os vetos trariam.

Exemplo disso é a possibilidade de as empresas poderem dar bolsas aos seus cientistas, aos seus pesquisadores. Na hora em que fazemos as contas, colocamos os números, vemos que o impacto associado a isso é mínimo, e o benefício é muito grande.

Então, esse é um primeiro aspecto: que o Congresso Nacional possa, de fato, levantar esses vetos.

E a outra questão se refere à regulamentação do Marco, do decreto associado ao Código de Ciência e Tecnologia, que é muito mais abrangente na sua essência do que o que nós temos conseguido implementar na prática.

É conveniente trazer este assunto aqui porque é importante que os Srs. Deputados, que representam as suas regiões, os seus Estados, possam levar aos seus Estados, às suas regiões, a necessidade crescente que temos de promover o desenvolvimento tecnológico e a inovação; promover a geração do conhecimento científico a partir das nossas instituições e que, muitas vezes, essa integração não ocorre por razões outras que não as razões formais.

Um exemplo que eu menciono a esse respeito é o distanciamento — que nós sabemos que existe —, o hiato que existe entre as nossas instituições científicas, as



nossas universidades, e o setor industrial. Muitas vezes, as nossas universidades — posso falar das universidades federais, que existem em todos Estados — se distanciam e não permitem que haja uma aproximação maior do setor industrial, do setor empresarial. É preciso que seus integrantes, seus pesquisadores possam também se envolver com pesquisa mais aplicada e promover o desenvolvimento tecnológico e a inovação e, sobretudo a atividade empreendedora.

Nós temos os núcleos de inovação tecnológica nas nossas instituições de ciência e tecnologia — eles são aproximadamente 300 —, que têm duas missões. Uma das missões é proteger o conhecimento que é gerado, preocupar-se com as patentes. Mas talvez a mais importante seja a transferência de tecnologia. É a atuação semelhante a escritórios que aproximam a universidade do setor industrial e aproximam a indústria da universidade.

Nós precisamos mais e mais empoderar esses núcleos de inovação tecnológica, e hoje a legislação nos permite fazer isso.

Muito obrigado.

O SR. MINISTRO GILBERTO KASSAB - Obrigado, Prata.

Agora, concedo a palavra ao Sr. Leonardo Zago, Chefe de Gabinete da Secretaria de Informática do Ministério. O Secretário Max não pôde vir e enviou uma mensagem e a saudação da Secretaria de Informática.

A próxima oradora é a Vanda.

O SR. LEONARDO FERNANDEZ ZAGO - Bom dia.

Quero saudar o Presidente Paulo Magalhães, o Deputado Sandro Alex, o Sr. Ministro, todos os Parlamentares presentes e os demais convidados.

Represento aqui a Secretaria de Política de Informática, que tem a missão de promover o desenvolvimento do setor de tecnologia da informação no País.

Atuamos em algumas frentes específicas. Quanto à parte de desenvolvimento tecnológico, temos alguns instrumentos interessantes, como a Lei de Informática e o PADIS — Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores.

Cuidamos ainda de todo o ecossistema digital, promovendo tanto os grandes negócios quanto os pequenos negócios no setor de tecnologia de informação. Os grandes negócios são as grandes plataformas, os grandes negócios que acontecem



sobre a Internet. Temos, em relação aos pequenos negócios, programas para incentivos às *start-ups* de cunho tecnológico.

Em relação, ainda, à competência da Secretaria, estamos conduzindo a coordenação da formulação da estratégia digital brasileira.

Iniciando pela coordenação desse grande trabalho da estratégia digital brasileira, foi criado um grupo de trabalho interministerial, composto por 8 Ministérios, como o MCTI, MJ, MDIC, MRE, Ministério da Defesa, GSI, MPOG, mais a ANATEL.

Esse grupo está trabalhando em 5 vertentes específicas para alavancar a estratégia, que são: a parte de infraestrutura; o Governo Digital; segurança e confiança da população no uso das TICs — tecnologias da informação e comunicação; a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação necessários para que o ambiente da estratégia digital seja possível; e os processos produtivos digitais.

Tudo isso está sendo tratado por esses 5 grupos. Já foi realizada, inclusive, uma consulta focada com 130 especialistas para identificar quais são as áreas prioritárias em que o Governo precisa atuar para tornar o ambiente propício a todo o desenvolvimento da economia digital no País. Nós entendemos que passamos por um próximo passo da economia, em que a digitalização é inevitável e necessária, inclusive, para o engrandecimento e para o crescimento exponencial da economia brasileira.

Além dessa consulta pública e desse grupo interministerial, estão sendo realizadas reuniões com os diversos setores da cadeia produtiva brasileira, notadamente com o setor de TICs, para nos auxiliar, inclusive, criando um diálogo para formulação das estratégias as mais afinadas possíveis.

Nós pretendemos, até ao final do primeiro semestre deste ano, já ter o documento básico da estratégia digital brasileira que será submetido à consulta pública. Essa é uma parte importante.

Na parte de ecossistemas digitais, além da estratégia digital, há toda a parte de governança da Internet. Há a parte de regulamentação, e essa parte de governança está sendo observada pela Secretaria de Política de Informática, num grande esforço para toda essa digitalização da economia do País.



Em outra frente da Secretaria, vinculada à parte da economia digital, dentro da parte que comentei há pouco relativa ao desenvolvimento e ao incentivo às pequenas empresas, aos novos negócios vinculados ao ambiente digital, nós temos um programa específico, o Programa Start-Up Brasil, que tem o objetivo de estimular o empreendedorismo de base tecnológica no País e apoiar o desenvolvimento de projetos, de pesquisas, desenvolvimento e inovação e *start-ups*.

Outra frente em que entendemos ser importante o Ministério atuar fortemente é a capacitação, para que seja possível haver gente qualificada. Há um grande abismo entre a necessidade do setor e a quantidade de pessoas capacitadas a trabalhar no setor de Tecnologia da Informação hoje. Em pouquíssimo tempo estaremos com um déficit de mão de obra muito grande.

Com incentivos, tentamos trazer mais pessoas, em especial jovens, para a carreira de Tecnologia da Informação e Comunicação. Temos um programa voltado para esse desenvolvimento, o Brasil Mais TI, com cursos *on-line* voltados especificamente para esses fãs. O programa tem 550 mil cursos em andamento, mais de 250 mil alunos cadastrados na plataforma. É um curso muito interessante, que inicia o jovem na carreira de TI.

Outro assunto muito importante que está sob a condução da Secretaria é a formulação do Plano Nacional de Internet das Coisas. O Ministério vem trabalhando fortemente na formulação de uma política nacional de Internet das Coisas — IoT. Nós visamos identificar quais são os gargalos e propor metas e ações para os estímulos, com foco até 2022.

Para isso, em 2014 foi criada a Câmara M2M/IoT, que é um *multistakeholder* com a participação de todos os setores da economia e que tem o objetivo principal de incentivar o ecossistema de IoT no Brasil, incentivar a cooperação com outros países dentro do tema, incentivar a participação do Brasil em fóruns nacionais e internacionais sobre padronização, que é algo fundamental para que a Internet das Coisas funcione bem e possibilite o desenvolvimento econômico do País.

Auxiliando a construção do Plano, está em curso um estudo contratado pelo BNDES, conduzido em parceria com o MCTIC, organizado em três fases básicas. A primeira acabou de fechar e trata do diagnóstico e da verificação da vocação do País com relação à utilização da Internet das Coisas, dentro do desenvolvimento



necessário da Internet das Coisas no País. Estamos agora na fase de definição das verticais prioritárias, levando em consideração todo esse diagnóstico e a vocação levantada pelo estudo. Na terceira fase vão ser estudadas a fundo as verticais, para se definirem as principais ações da Secretaria. Esse estudo finaliza em setembro.

Fazemos ainda uma série de cooperações internacionais voltadas a pesquisas para o desenvolvimento do setor de TIC. Há cooperações com a Coreia do Sul, com o Japão, com os Estados Unidos, com a União Europeia. Isso já gerou 76 chamadas conjuntas com a participação de 76 instituições brasileiras, entre universidades, centros de pesquisa e empresas. Já houve um aporte feito pelo Governo brasileiro de 83 milhões de reais, o que é páreo com o aporte feito pelo lado estrangeiro. As cooperações são feitas em vários temas: 5G; IoT; Big Data. Esses são os assuntos relevantes.

O principal instrumento da Secretaria para o fomento, pesquisa e desenvolvimento do setor de TIC é a Lei de Informática, que tem 25 anos de vigência e capta 1,5 bilhão de reais ao ano para pesquisa e desenvolvimento dentro do País. Então, um volume muito grande de investimentos é trazido pela Lei de Informática para a pesquisa e desenvolvimento específico ao setor de TIC.

Vinculada à lei há uma política muito importante, com 135 mil postos de trabalho, com mais de 17 mil empregos diretos em pesquisa e desenvolvimento, com 334 instituições cadastradas a receber recursos espalhadas por todas as Regiões do País.

Então, além de levar muito recurso para pesquisa e desenvolvimento do setor, a Lei de Informática também faz com que esse recurso seja pulverizado por todo o País e promova o desenvolvimento da pesquisa e desenvolvimento em todos os Estados da Federação.

Essas são as principais ações da Secretaria de Política de Informática voltadas para o desenvolvimento do setor de TIC.

Fico à disposição para qualquer solicitação.

Obrigado.

O SR. MINISTRO GILBERTO KASSAB - Obrigado, Leonardo.
Cumprimos você e o Max pelo trabalho.



Convidamos a Vanda, Secretária de Radiodifusão, para deixar aqui sua mensagem. (*Palmas.*)

O André será o próximo.

A SRA. VANDA JUGURTHA BONNA NOGUEIRA - Bom dia, senhores!

Eu gostaria de cumprimentar todos os Parlamentares, por intermédio do Deputado Paulo Magalhães, e todos os aqui presentes.

Inicialmente, gostaria de dizer aos senhores que a Secretaria de Radiodifusão trata, primordialmente, de rádio e televisão: todas as modalidades de rádio e televisão e seus serviços ancilares, que são as retransmissoras de televisão.

Trata-se de uma Secretaria voltada hoje para o desligamento do sistema analógico. O desligamento do sistema analógico é absolutamente planejado, muito difícil e mexe diretamente com o telespectador, com o público em geral.

Cada desligamento, como aconteceu agora em São Paulo, sem que tenha havido nenhuma reclamação — nenhum telespectador telefonou dizendo que ficou sem o sinal —, é um trabalho insano, porque nós temos que legalizar todo o parque de retransmissão que rodeia a cidade a ser desligada. Na realidade, até 31 de dezembro de 2018 serão desligados 1.400 Municípios.

Se os senhores levarem em consideração que há cinco geradoras em cada Município que seja capital e levarem em consideração mais cinco em cada Município que não seja capital, os senhores verão que o nosso trabalho está em torno da legalização de 10 mil estações transportadoras de som e imagem.

Todas essas entidades que serão desligadas precisam de reforçadores de sinais, de canais de reuso, de pareamentos feitos pela ANATEL, de consignação de canais digitais, de estudos para não haver interferência prejudicial entre uma e outra estação, porque, ao contrário do sinal analógico, o sinal digital não existe se não chegar perfeito. Aquela antiga modalidade de colocar Bombril na ponta da antena para o sinal chegar mais ou menos dentro de casa não funciona com o sinal digital, porque ou ele chega perfeito, ou ele não chega.

Então, a prioridade da Secretaria são esses 1.400 Municípios. Nós precisamos desligar esses sinais e fazê-lo sem nenhum prejuízo ao público telespectador. Hoje essa é a principal finalidade da administração do Ministro Gilberto Kassab em relação à televisão.



Em relação à rádio, devido à necessidade de a rádio ser ouvida, não só pelo receptor, mas também por outras plataformas, como *smartphones e tablets*, o Governo, na gestão passada, muito inteligentemente, autorizou a migração do sistema da rádio onda média para a rádio FM. Isso foi feito para salvar essas rádios, fazendo com que o público tivesse acesso à rádio por outras plataformas. Então, a segunda grande diretriz da Secretaria é fazer essa migração de serviço de rádio de onda média para rádio FM.

Nós já fizemos dois grandes eventos aqui em Brasília e estamos fazendo agora a migração itinerante. Estamos indo a cada capital do Brasil fazer a migração local dos radiodifusores que estão mudando o tipo de serviço. Então, essa é a segunda grande prerrogativa de prioridades da Secretaria.

Em um terceiro momento, depois de a nova lei ter sido promulgada no mês passado, quando foram perdoadas várias emissoras de rádio e de televisão que tinham perdido o prazo de renovação, nós estamos reanalisando todos os processos de todos os tipos de radiodifusão e dando a nova oportunidade que a lei deu, renovando os períodos de concessão ou permissão.

Outra grande prerrogativa que nós estamos dando para a Secretaria, para o Ministério, é a desregulamentação, a desburocratização. Essa lei de que eu falei agora, além de perdoar as rádios e televisões que perderam o prazo de renovação, determinou a não necessidade da anuência prévia do Governo em relação à transferência de quotas ou ações, mesmo que seja na sua totalidade. Então, o concessionário ou permissionário que vai transferir quotas e ações para seus familiares ou para terceiros poderá fazê-lo, e, depois, no prazo de 60 dias, comunicar ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Só para os senhores terem ideia, essa medida derrubou 4 mil processos das prateleiras, que estavam aguardando a anuência prévia do Governo para que as alterações fossem processadas.

Em uma última colocação, nós estamos mandando agora para a Presidência da República um decreto que desregulamenta completamente tanto as renovações como as transferências diretas, que minimiza o número de documentos a serem apresentados no Ministério para as duas atividades: transferência direta e renovação.



Antigamente, o Ministério pedia até certidões de objeto e pé. Nós estamos transformando todas essas certidões em apenas declarações de idoneidade, não precisando o Ministério fazer essa pesquisa sobre os donos de rádio e televisão que vão entrar.

Essas são as principais metas da Secretaria.

Coloco-me à total disposição para esclarecer qualquer dúvida.

O SR. MINISTRO GILBERTO KASSAB - Obrigado, Secretária Vanda, a quem cumprimento pelo trabalho extraordinário que faz.

Eu queria que a Secretária abordasse o número de processos que havia quando a senhora assumiu a Secretaria e o número de processos que há hoje.

A SRA. VANDA JUGURTHA BONNA NOGUEIRA - Quando assumimos a Secretaria, nós fizemos um levantamento e encontramos cerca de 65 mil processos. Eu vou dizer o quanto fizemos cair esses números, e os senhores poderiam dizer: "*Mas eu não vi essa publicação no Diário Oficial*". Eu não diria aos senhores que não publicamos nem 10% dos processos que nós analisamos dentro do Ministério das Comunicações — aliás, Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Desculpem-me, é porque eu sou advinda do Ministério das Comunicações e fico com ele na cabeça.

Como eu dizia, nós já derrubamos, principalmente com essa nova lei, cerca de 20 mil processos em 11 meses, mas ainda restam 45 mil, o que é um desafio muito grande. (*Palmas.*)

O SR. MINISTRO GILBERTO KASSAB - Com a palavra o Secretário André Borges.

O SR. ANDRÉ MULLER BORGES - Bom dia a todos. Cumprimento todos os presentes, na pessoa do Deputado Paulo Magalhães, e aproveito esta oportunidade para apresentar um pouco os trabalhos e os objetivos da Secretaria de Telecomunicações, que é uma das secretarias provenientes do extinto Ministério das Comunicações, juntamente com a Secretaria de Radiodifusão, da Secretária Vanda, que acabou de fazer sua apresentação, e que acabou sendo fundida também com a Secretaria de Inclusão Digital, que hoje pertence à Secretaria de Telecomunicações.

A Secretaria consiste em três Diretorias. Eu vou delinear quais são as principais atividades e os principais objetivos da Secretaria dentro de cada Diretoria,



dizendo que a missão recebida do Ministro Gilberto Kassab foi a de que houvesse a expansão e uma clara e percebida melhora no serviço de telecomunicações em geral, com foco, evidentemente, na banda larga e também na telefonia celular, mas sem nos esquecermos de todas as conquistas já alcançadas na área de telefonia fixa, cujos serviços serão evidentemente preservados.

O grande objetivo da Secretaria é fazer uma transformação na política pública de telecomunicações, para colocar no centro dela a camada essencial de telecomunicações, que é a de banda larga, retirando desse papel a universalização da telefonia fixa.

Um dos principais projetos do Departamento de Banda Larga é o Plano Nacional de Conectividade, que é uma revisão do Programa Nacional de Banda Larga, que passa por um diagnóstico, por uma identificação da necessidade de conectividade em todas as regiões do País, para que se possa fazer, em qualquer lugar do Brasil, o melhor uso possível da banda larga. Então os objetivos não são de velocidade, mas de fruição plena de tudo o que a Internet e seus aplicativos oferecem.

Esse Plano vai determinar que nós levemos redes de transporte de alta capacidade para todas as sedes de todos os Municípios do País. Tais redes serão, em grande número, de fibra ótica; em menor número, de rádio digital de alta capacidade; e, em alguns casos, vão depender do SGDC — Satélite Geoestacionário Brasileiro de Defesa e Comunicações Estratégicas, da TELEBRAS, em banda Ka, que será lançado no dia 4 e, em poucos meses, terá essa capacidade diferenciada de oferecer banda larga para todo o País.

Então, esse é um momento bastante especial, porque, com esse satélite, o Brasil ficará completamente iluminado, não haverá uma região sequer do País que não seja atendida. E, no caso do satélite, será atendida até com uma competição entre as prestadoras que vão explorar essa capacidade.

Além disso, também prevemos atender com 4G todos os Municípios, todas as sedes municipais. Isso significa levar, afora os compromissos 4G para Municípios que tenham menos de 30 mil habitantes, 3G para os distritos mais populosos dos Municípios, bem como infraestrutura adequada de banda larga para as comunidades



que não a possuem nos grandes centros. Mesmo em grandes cidades, como São Paulo, existem áreas que não têm a devida cobertura.

Outro plano bastante importante, que soma e complementa esse plano de conectividade, é uma política de incentivo ao investimento em *data center*, que deveremos encaminhar brevemente para aprovação. Ela oferecerá incentivos fiscais e apoio logístico, no sentido de importação e de facilitar o investimento e a operação de *datas centers* no Brasil. O Brasil só tem 1% de sua capacidade armazenada localmente. Então, a expansão do número de *datas centers* é bastante importante, porque deve economizar significativamente a necessidade e o custo dos *links* internacionais e vai permitir uma série de serviços em rede, através da nuvem, pela menor latência que haverá devido à menor distância entre os centros e o usuário final.

É importante também fazer menção à implementação da Lei das Antenas, que já foi aprovada pelo Congresso há alguns anos, mas que sofre dificuldade e resistência na sua implementação. Então, consiste num papel relevante da Diretoria de dar apoio aos Municípios na implantação dessa infraestrutura. Todos querem e exigem uma Internet de alta qualidade, mas não existe Internet de alta qualidade sem as antenas. A nossa banda larga, como eu tenho dito, vai se apoiar fortemente na infraestrutura celular, e essa infraestrutura celular requer um elevado número de antenas.

Também falamos há pouco aqui da Internet das Coisas e do 5G. Isso significa que há também a necessidade de um grande número de antenas, que são absolutamente essenciais para conectar todos os dispositivos e todas as pessoas.

Vale fazer menção também aos projetos estratégicos da TELEBRAS, como aos seus projetos em cumprimento do Plano Nacional de Conectividade e do Plano Nacional de Banda Larga, com destaque para o SGDC, que o Presidente da TELEBRAS, Antonio Loss, vai apresentar com maiores detalhes, assim como do projeto Cabo Submarino, anunciado no início da semana, que vai permitir uma conexão de alta qualidade diretamente do Brasil para a Europa, sem passar pelos Estados Unidos, permitindo, portanto, uma aproximação em especial dos meios científicos da Comunidade Europeia e da América Latina.



Para demonstrar como a banda larga entra no lugar da universalização de telefonia fixa, a Diretoria de Universalização passa a se chamar Diretoria de Telecomunicações. O seu principal objetivo é fazer uma revisão plena de todas as políticas, no sentido, como descrevi há pouco, de colocar a banda larga no centro da política. Ela também vai estabelecer as prioridades em termos de investimentos, com recursos advindos de fundos setoriais. Em sendo aprovado o PLC, ela vai identificar a prioridade de investimento desses recursos em projetos de banda larga — resumidamente, isso também vai ser apresentado em breve e vai ser inclusive colocado para consulta pública —; vai levar rede para onde não existe rede, com prioridade para a rede de transporte; vai levar rede para onde não existe rede, com prioridade para a rede de acesso; e, nas redes de transporte, vai priorizar as localidades que já têm projetos de redes de acesso, ou por demanda de provedores regionais, ou por programas de cidades inteligentes do próprio Ministério e outros programas de políticas públicas de Estados e Municípios.

Então, todos terão acesso e direito à conectividade, mas a prioridade será dada a quem tem capacidade de fazer um uso mais imediato, pronto, da tecnologia.

Outra missão importante dessa Diretoria é dar apoio e fazer um acompanhamento de todas as iniciativas legislativas. Todos os projetos de lei que tramitam no Congresso são encaminhados à Diretoria de Telecomunicações para consulta, para se obterem subsídios técnicos. O destaque principal da atividade hoje é exatamente esse apoio, esse acompanhamento da aprovação do PLC 79, agora em definitivo, pelo Senado.

Além disso, nós devemos também prestar todo o apoio à ANATEL e acompanhar suas atividades, interagindo e complementando com políticas públicas, de acordo com as necessidades apresentadas pela Agência.

Por fim, eu gostaria de falar do Departamento de Inclusão Digital, que tem um relevante projeto de cidades digitais, que está sendo transformado num projeto de cidades inteligentes, somando com os projetos que vieram do MCTI antigo de cidades inteligentes. O projeto vai padronizar uma estrutura jurídica e toda a contratação e todo o acompanhamento da implementação feita pelo Ministério, que visa multiplicar esse tipo de infraestrutura e a disponibilidade dela para diversos Municípios. Esses Municípios vão ter, então, uma infraestrutura de fibra ligando os



principais órgãos públicos e serviços públicos de utilidade e interesse público de um Município, assim como disponibilizando acesso à população através de redes de *wi-fi* mais redes de distribuição, contando também com camadas de aplicativos que vão permitir o *e-government*, *e-health*, *e-education* e todos os aplicativos de *smart cities* que estão disponíveis hoje na Internet.

Cabe mencionar o GESAC, que eu acho que é conhecido de todos, um projeto de oferta de comunicação por satélite a escolas e postos de saúde com localização remota. Entendo que a grande novidade aqui é a possibilidade de melhorar significativamente a qualidade do serviço entregue a esses pontos. Em termos de custo não vai mudar muito, mas em termos de qualidade do serviço, vai melhorar em dez vezes a velocidade, portanto, as possibilidades de uso, também imaginando que isso vai acontecer com essa capacidade de banda Ka, que está entrando no mercado, começando pela TELEBRAS, mas contando também com investimento de operadoras privadas.

Temos outras importantes atividades, mas eu acho que dessa forma eu resumo as principais atividades e os principais objetivos da Secretaria neste ano.

O SR. MINISTRO GILBERTO KASSAB - Obrigado, André.

Tem a palavra o Presidente da TELEBRAS, Sr. Antonio Loss.

O SR. ANTONIO KLINGER LOSS LEITE - Bom dia a todos.

Gostaria de cumprimentar todos através do Presidente e Deputado Paulo Magalhães, do Vice-Presidente Sandro Alex e do Ministro Gilberto Kassab.

Para mim é uma grande honra estar aqui conversando sobre um passo importantíssimo que o Brasil vai dar em curto prazo com relação a telecomunicações. Mas, antes, eu gostaria de dividir com todos os senhores três pontos que são prioridades para a TELEBRAS hoje.

A TELEBRAS hoje possui três frentes: uma rede terrestre de 28 mil quilômetros, uma rede de fibras óticas que trafegam à velocidade da luz; o Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicação, que eu vou detalhar mais à frente e que é um grande passo da sociedade brasileira... Temos o privilégio de começar a falar de um projeto que está se tornando realidade. Nós estivemos com o Ministro em algumas oportunidades na Espanha e na segunda, reforçando os compromissos



com empresas espanholas com relação à conexão Brasil-Europa do cabo submarino.

A palavra “realizar” não foi utilizada por acaso: “realizar” tem o papel de tornar real. Satisfazer a sociedade brasileira com relação a telecomunicações é um grande desafio, e a TELEBRAS se sente totalmente preparada. Nós, com esses três passos, vamos conseguir entregar uma nova forma de fazer telecomunicações.

Nós somos a nona economia mundial, e isso nos orgulha muito como brasileiros. Essa economia mundial precisa ter soberania, segurança nas suas informações, e, através do projeto de satélite, que custou 2,7 bilhões, nós vamos ter cobertura em todo o território nacional. De uma forma diferente, nós vamos iluminar todo o Brasil a partir dos próximos dias. O satélite é como uma luz que está olhando para o Brasil, e nós teremos condições de acender essa luz e levar telecomunicações a todos os pontos do Brasil.

O cabo submarino é uma aliança. Hoje oito cabos submarinos estão conectando o Brasil via América do Sul e América Central, todos ligados com os Estados Unidos. Esse braço que nós estamos fazendo tem um papel estratégico enorme, dada a economia que nós temos nas mãos. E nós vamos ter uma saída direta para a Europa, com um cabo que vai levar pelo menos 20% da capacidade atual que nós já temos hoje.

Pontos de troca. Quando utilizamos os serviços de Internet aos quais nós estamos cada vez mais nos acostumando, que nos tornam cada dia mais cidadãos, trafegamos pela Internet, e esse tráfego todo hoje precisa de redundância.

O satélite da TELEBRAS possui outro aspecto fundamental: ele trará defesa ao Brasil. Hoje o controle da defesa não está na mão dos brasileiros, com relação a satélite. A partir do lançamento desse satélite, nós teremos, junto com o Ministério da Defesa, controle total desse satélite 100% brasileiro, sob o controle de brasileiros, dentro da TELEBRAS e do Ministério da Defesa.

Isso para nós é uma grande responsabilidade, mas é um orgulho tremendo, como brasileiros. Nossa equipe é altamente capacidade, preparada. Temos, dentro da TELEBRAS, profissionais de altíssimo nível prontos para cumprir com esse papel perante a sociedade brasileira.



E este é outro motivo de orgulho: o de poder dizer que um sonho antigo da Agência Espacial Brasileira — AEB está sendo realizado. Eu estava falando agora com o José Raimundo, e ele estava complementando: finalmente o Brasil vai se soltar das amarras e vai ter liberdade de fazer gestão do seu satélite, da sua capacidade aeroespacial! E esse é só o primeiro passo.

Dentro desse aspecto, nós estamos caminhando também para a entrega dos serviços terrestres que unem. Então, nós vamos ter rede terrestre, ligação com a Europa e com o mundo através do cabo submarino e, ao mesmo tempo, a luz do satélite iluminando todo o nosso País, de norte a sul, iluminando a Amazônia Azul, a Amazônia Legal, toda a América Latina, América do Sul e América do Norte. E isso estará sob o nosso controle.

Então, Ministro, nós temos, nos próximos dias, dentro da sua gestão, alguns marcos históricos: o lançamento do satélite, o início da operação, o cabo submarino. O grande desafio de levar educação, cultura; o de que um prontuário médico seja entregue, lá na ponta, a cada cidadão brasileiro; o de que possamos ter escola a distância, ao mesmo tempo, Ministro, na sua gestão, nós vamos realizar. Nós vamos transformar, passando de um patamar para outro, a TELEBRAS.

E queremos ser reconhecidos como a empresa brasileira de telecomunicações que vai levar a todos os brasileiros um novo patamar de telecomunicações.

Agradeço imensamente a honra de poder falar em nome de todos os colaboradores da TELEBRAS e poder refletir aqui o trabalho dessa equipe, poder dizer que os senhores podem contar que todos os esforços necessários, os melhores, serão feitos em prol desse projeto, Ministro.

Muitíssimo obrigado pela honra de poder dirigir essa empresa.

O SR. MINISTRO GILBERTO KASSAB - Obrigado, Loss.

Tem a palavra o Sr. José Raimundo Braga Coelho, Presidente da Agência Espacial Brasileira.

O SR. JOSÉ RAIMUNDO BRAGA COELHO - Sr. Ministro Gilberto Kassab, meu caro Deputado Paulo Magalhães, Presidente desta Comissão, nossos colegas do Ministério da Ciência e Tecnologia e da Agência Espacial, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, na reunião que nós fizemos há 2 semanas, tivemos uma grande



surpresa, que foi provocada por uma emoção muito grande deste servidor público ao discutir e tentar enunciar os princípios e os preceitos de um grande programa espacial para o Brasil.

No momento em que estava me estendendo muito, houve uma observação providencial do nosso Ministro, que foi absolutamente sensacional. Ele disse o seguinte: *“Zé, dê um tempo, porque nós vamos propor discutir o Programa Espacial Brasileiro aqui no Congresso Nacional”*.

Ministro, muito obrigado! Eu não interpretei aquilo de forma negativa. Pelo contrário, estou aproveitando a oportunidade para reforçar essa solicitação modesta da Agência Espacial Brasileira. Mas eu não vim aqui hoje, Ministro, para falar sobre a Agência Espacial Brasileira. Eu vim tecer somente alguns comentários sobre o que considero mais importante, que é o Programa Espacial Brasileiro.

Esse programa teve início num momento oportuníssimo, exatamente no começo dos anos 60, quando a Rússia, então União Soviética, e os Estados Unidos estavam se digladiando para ver quem avançava mais rapidamente em constituir o seu poder no espaço.

Como todos os senhores sabem, quem inventou essa história de ocupar o espaço na realidade foram os russos, um cientista russo chamado Tsiolkovsky. Mas os alemães é que eram os fortes nessa área na Segunda Guerra Mundial. Tanto os Estados Unidos quanto a Rússia se aproveitaram dessa competência dos alemães e, logo depois da Segunda Guerra Mundial, importaram os alemães, uns para a Rússia, outros para os Estados Unidos. Von Braun, que foi o gênio da Segunda Guerra na área de lançadores, que inventou o lançador, foi para os Estados Unidos.

Muito bem. Nós começamos uma atividade espacial no início dos anos 60, amigos, em 1961. Isto é aquilo o que nós temos de mais valioso neste País: a criatividade de entender momentos oportunos como este. Então, estabelecemos um acordo com os americanos e com os alemães para fazermos o lançamento de foguetes de sondagem a partir do Rio Grande do Norte, do Centro de Lançamento da Barreira do Inferno. Não existiu maior oportunidade do que a tomada de uma decisão como essa para um programa espacial. Naquela época não se pensava em programa espacial. Pensava-se em aproveitar essa grande oportunidade que o mundo vivia para se envolver na atividade. E foi isso o que aconteceu.



Depois de fazer um lançamento com os americanos nos Estados Unidos, nós conseguimos fazer outro aqui no Brasil, logo depois, por volta de 1965. Deu-se início, então, às atividades espaciais neste País. Há quantos anos? Em 1961, 1962, deu-se início às atividades espaciais. Na realidade, elas foram oficializadas no início dos anos 80, criando um compromisso chamado Programa Espacial Brasileiro. Oficialmente, assume a liderança a Comissão Brasileira de Atividades Espaciais, uma comissão composta por militares brasileiros, mas com o apoio de todos os outros atores. Lembro-me de que, quando estava no INPE — Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, eu participava de todas as reuniões que ocorriam nessa Comissão, que era uma comissão de assessoria à Presidência da República.

Depois de alguns anos, o País decidiu criar uma agência espacial brasileira de natureza civil e a chamou de Agência Espacial Brasileira — AEB. Isso ocorreu em 1994, por múltiplas razões. Uma das principais delas era a interlocução com o resto do mundo, uma vez que o espaço sempre foi, e parece continuar sendo, um ambiente de atividades pacíficas, reguladas pela ONU — há um centro específico para isso lá em Viena, do qual participamos com muita frequência. Então, assim estava criado um novo paradigma para um programa espacial brasileiro, agora sob a coordenação e a égide de uma agência espacial brasileira civil.

Cito alguns resultados dessa investida importante para a nossa Nação. Primeiro: nós conseguimos, ao longo de todas essas etapas, além de estar envolvidos naquela atividade inicial desde 1961, de foguetes de sondagem de pequeno porte para missões suborbitais, ter uma família completa desses foguetes suborbitais. Agora nós estamos estudando a produção industrial deles. Esses foguetes são utilizados inclusive pelos próprios alemães. Como todos sabem, depois da Segunda Guerra Mundial, aos alemães não foi dada a permissão de construir foguetes. Então, eles nos ajudam, e continuam fazendo isso até hoje, e utilizam a nossa *expertise* nisso. Esse é um ponto consolidado.

E quanto aos foguetes de lançamento em órbita de satélites? Com esses nós estamos pensando, mas vamos conseguir o primeiro grande resultado no início de 2019. No primeiro semestre de 2019, nós vamos ter o nosso foguete de lançamento de satélites em órbita, chamado VLM — Veículo Lançador de Microssatélites.



O centro de lançamento era também um dos quesitos impostos como responsabilidade do Programa Espacial Brasileiro. Hoje nós temos um centro de lançamento moderno, considerado o melhor do mundo do ponto de vista de sua localização. Ele está a apenas 2 graus sul do plano do Equador. E todos os grandes negócios do mundo na área de satélites são realizados dentro desse plano do Equador, exatamente como está acontecendo agora com o nosso SGDC. O nosso SGDC ocupa uma órbita, a 36 mil quilômetros, dentro desse plano. Todos os outros satélites de médio e grande porte que trabalham na área de telecomunicações no mundo ocupam a mesma órbita. Vejam a importância que nós temos e a grandeza que nós temos aqui no Brasil, com a localização desses centros de lançamento.

E, do ponto de vista de satélites, o que nós fomos capazes de fazer? Pois bem, existe uma demanda no Brasil de um sistema de informações sobre água. Temos aqui no Brasil o Sistema Nacional de Recursos Hídricos, temos o sistema de gestão integrada de recursos hídricos e temos uma necessidade extrema, por causa da riqueza em recursos hídricos neste País e do tamanho do nosso País, de monitorá-lo com informações de satélites.

Pois bem, lá no INPE, no início dos anos 90, nós desenvolvemos dois satélites, chamados Satélites de Coletas de Dados, o SCD-1 e o SCD-2, que nós engenheiros do INPE previmos ter uma vida útil de, no máximo, 1 ano. O segundo satélite, lançado no início dos anos 2000, está funcionando até hoje, caros Deputados e colegas aqui presentes. Nós exageramos na dose, digamos, mas tivemos a sorte de exagerar para o bom sentido: temos até hoje o SCD-2 funcionando e prestando serviços inestimáveis ao sistema de informações hídricas deste País.

Depois, nós tivemos também não só a necessidade, como também a oportunidade de firmar um compromisso estratégico de cooperação e de parceria internacional com a China, que iniciou em 1986. Eu, felizmente, participei dessas iniciativas, desde 1986. No ano passado, completamos 30 anos de relacionamento.

E por que esse relacionamento é estratégico para nós? Porque ele encerra dois princípios fundamentais para a parceria internacional: primeiro, buscar um objeto de interesse mútuo; segundo, permitir que esse objeto seja desenvolvido em conjunto pelos países em parceria. Foi isso que nós exigimos, foi isso que os



chineses aceitaram, e por isso já lançamos cinco satélites, chamados CBERS — o CBERS-1, o CBERS-2, o CBERS-2B, o CBERS-3 e o CBERS-4 —, e estamos nos preparando para, no final de 2018 ou, no máximo, no início de 2019, lançar o CBERS-4A.

Esses são satélites de observação da Terra que prestam serviços inestimáveis ao nosso País, à China e a muitos outros países que têm um acordo de cooperação conosco para receber essas imagens gratuitamente. Aliás, diga-se de passagem, até a criação dos CBERS, as imagens dos satélites existentes, que eram principalmente os satélites americanos da família LANDSAT, eram todas cobradas. Nós não só fizemos essa inovação em ter essa oportunidade com os chineses, como também abrimos as imagens, para tornarem-se gratuitas, a qualquer cidadão brasileiro ou chinês e a alguns países com quem temos um bom relacionamento.

Então, hoje nós tivemos a notícia de outra singularidade propositiva e sensacional, que é o lançamento, na próxima semana, do SGDC. Eu agradeço ao nosso colega da TELEBRAS a menção que fez.

Nós que trabalhávamos na área espacial nos anos 80 estávamos envolvidos, desde os anos 70, com a obrigação de criar competência nessa área. E fizemos isso. Mandamos todos os nossos engenheiros da área de telecomunicações para o Canadá, onde começaram a construir os satélites de comunicações que trabalharam para o Brasil durante 30 ou 40 anos. Quando os nossos engenheiros voltaram, não foi dada a eles a oportunidade de trabalhar na área para o desenvolvimento de satélites de comunicações, porque se entendia, naquela ocasião, que esta era uma área exclusivamente comercial e que, portanto, a nossa interferência e participação não era tão bem-vinda quanto pensávamos que deveria ser. Então, hoje nós temos a obrigação de participar.

Este primeiro satélite SGDC-1 foi construído por meio de uma plataforma. Tivemos que contratar uma empresa para desenvolver o satélite, mas, ao mesmo tempo, foi exigido que fizéssemos um trabalho muito forte de transferência de tecnologia e outro muito mais forte ainda de absorção de tecnologia, que muitas vezes é muito mais eficiente do que a própria transferência. Isso para quê? Para que na próxima oportunidade, que já está se desenhando agora, o Brasil e a indústria nacional participem efetivamente do desenvolvimento desse satélite.



Então eu diria, Ministro, que a nossa solicitação a este Congresso Nacional — e precisamos de seu apoio nessa lide conjunta — é para que haja aqui uma sessão especial para discutir o Programa Espacial Brasileiro.

Deputado Paulo Magalhães, eu já conversei com o Senador que é o Presidente da Comissão no Senado e tenho a impressão de que lá eles estarão dispostos para isso. Aqui também temos muito amigos, colegas Deputados, com os quais já conversamos sobre esse assunto. Portanto, eu peço encarecidamente que considerem isso como uma grande oportunidade para discutirmos não somente o Programa Espacial Brasileiro, mas também e principalmente a sua governança. Passamos por um momento singular, do ponto de vista da compreensão, não somente sobre o Programa Espacial Brasileiro em si, mas também para uma boa governança.

E temos muitas ideias, Ministro, que deverão ser aplicadas da mesma maneira que foram aplicadas para a gestão do SGDC-1.

Não sei se todos sabem, mas quero chamar atenção para o fato de que fazem parte da governança dessa iniciativa: o antigo Ministério das Comunicações; o antigo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, hoje Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; o Ministério da Defesa; a TELEBRAS; a Agência Espacial Brasileira; o INPE. Os senhores não podem imaginar o grande conceito que, a partir disso, foi criado aqui no Brasil, o conceito de empresa integradora, aquela que é responsável desde o início pela entrega do conteúdo.

Temos muito a discutir sobre esse assunto. Sei que essa é uma situação crítica, mas nós não gostaríamos que ela excedesse ao crítico. A todas as instituições que têm interesse em utilizar o espaço para resolver suas questões nós gostaríamos de propor o seguinte: façam exatamente o que nós fizemos com a governança do programa do SGDC. E o que fizemos pode ser representado por duas palavras simples: integração e convergência.

Existem hoje duas estratégias nacionais excepcionais. Uma é a Estratégia Nacional de Defesa e a outra é a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, à qual se referiu o colega Secretário do nosso Ministério.

Pois bem, alguém imagina que essas estratégias têm que ser competidoras, competitivas? Pelo amor de Deus! Nós não admitimos isso de maneira alguma! Pelo



contrário, nós queremos que sejam estratégias integradas, associadas, coletivas e convergentes.

É essa mensagem que trago já de antemão aos nossos colegas aqui presentes, principalmente aos nossos Deputados que cuidam desta Comissão, agradecendo a oportunidade de mais uma vez me permitirem a emoção.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. MINISTRO GILBERTO KASSAB - Obrigado, Sr. José Raimundo.

Antes da última manifestação, que será a do Presidente da ANATEL, vamos ouvir o Brigadeiro Pertusi, Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear — CNEN.

O SR. PAULO ROBERTO PERTUSI - Deputado Paulo Magalhães, Presidente da Comissão, Sr. Ministro Gilberto Kassab, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, todos os presentes, é uma satisfação muito grande ter a oportunidade de estar aqui para falar um pouquinho sobre a Comissão Nacional de Energia Nuclear. Naturalmente falar depois do Prof. José Raimundo é uma tarefa muito difícil, mas vou procurar superá-lo, sabendo que não vou conseguir, e serei breve.

A Comissão Nacional de Energia Nuclear, como todos sabem, é uma autarquia criada em 1956, com uma enorme responsabilidade: tratar, gerenciar e coordenar todos os assuntos referentes à área nuclear no País. Ela faz isso em três eixos principais. O primeiro eixo seria a pesquisa e o desenvolvimento relacionado aos assuntos nucleares.

Todos sabem também que esses assuntos são praticamente vedados, cobertos. Nenhum país transfere e ensina tecnologia nuclear. Então, cada país precisa autonomamente desenvolver sua própria tecnologia. E isso o Brasil tem feito muito bem, e a coordenação desse trabalho é feita pela Comissão Nacional de Energia Nuclear.

Nós temos uma área forte de pesquisa, desenvolvimento e ensino — naturalmente, a capacitação e a formação de pessoal estão ligadas a essa área.

Alguns projetos importantes para o País são desenvolvidos nesse eixo de pesquisa e desenvolvimento ligado muito à ciência e tecnologia. Vou falar disso um pouquinho mais à frente.



Outro eixo comandado pela Comissão é a produção. A Comissão tem laboratórios, verdadeiras fábricas que produzem radiofármacos, que são aqueles produtos que emitem radiação e são usados basicamente em diagnósticos médicos e tratamentos também de patologias, de doenças, fortemente ligados à área de neoplasia e câncer, mas em outras áreas também.

Esse é um setor muito forte e muito importante para a população brasileira, que está praticamente todo nas mãos, na responsabilidade da Comissão.

Finalmente, a Comissão exerce uma atividade de licenciamento e fiscalização de todas as grandes unidades que trabalham com radiação, exceto aqueles equipamentos menores de raios X, utilizados por dentistas e médicos — esses são mais ligados ao Ministério da Saúde. Os equipamentos maiores, quase 2 mil no Brasil, são todos regulados e fiscalizados pela Comissão. Os maiores deles realmente são as usinas nucleares de Angra dos Reis, e nós temos pessoas trabalhando permanentemente nessas usinas.

A Comissão tem, em todo o Brasil, 14 unidades e aproximadamente menos de 2 mil servidores, o que é um efetivo realmente bastante enxuto para executar todas essas atribuições que mencionei agora há pouco aos senhores.

Vou citar rapidamente alguns projetos importantes para o País que estão em fase de desenvolvimento.

Um deles é o chamado RMB — Reator Multipropósito Brasileiro. Como eu disse, nenhum país ensina e passa uma tecnologia desse tipo. O Brasil está desenvolvendo esse reator, que vai ser muito importante para nós, essencialmente para a pesquisa, vai nos permitir adquirir essa tecnologia, além de ser útil na produção de radiofármacos e também na geração de energia. Então esse é o reator multipropósito.

Outro projeto que ainda está na fase muito conceitual, mas que vai avançar bem — eu acredito — é o DES-SAL, que seria a ideia de dessalinizar a água do mar e torná-la potável ou para uso na agricultura, especialmente na Região Nordeste do Brasil, utilizando também o conhecimento da energia nuclear. Esse é um projeto muito promissor.

Como já disse, a produção de radiofármacos é o carro-chefe da CNEN. Praticamente todos os radiofármacos usados em diagnóstico e tratamento no Brasil



são feitos pela Comissão e por grande parte dos nossos institutos. O IPEN — Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares, localizado em São Paulo, produz muito desse material.

Faço aqui uma observação: é importante a participação muito efetiva do Ministério da Saúde, para que esses medicamentos, esses produtos, consigam chegar a 100% da Rede SUS. Hoje isso ainda não é possível.

Então, nós precisamos ter uma colaboração muito forte — e acho que os senhores também podem nos ajudar nisso —, para que consigamos fazer com que esse tipo de diagnóstico e tratamento esteja disponível a 100% da população, algo que ainda não ocorre, naturalmente por falta de recursos.

A CNEN atua também na proteção da população justamente no que se refere à energia nuclear. Através do Instituto de Radioproteção e Dosimetria — IRD, localizado no Rio de Janeiro, a Comissão fez todo o aparato para proteção nos Jogos Olímpicos, na Copa do Mundo, etc., garantindo a segurança de todas as comitivas, de toda a população. Esse é um exemplo da nossa atuação.

Outro ponto muito sensível é a questão do tratamento e armazenamento dos rejeitos radioativos, porque isso é resultado da produção das nossas usinas e mesmo dos nossos laboratórios, etc. Esse material precisa ser tratado e armazenado.

Hoje nós temos alguns depósitos em Goiânia, por exemplo, frutos daquele acidente. Neste ano, o acidente de Goiânia fará 30 anos. Temos no Rio de Janeiro e em Recife alguns repositórios desse material. Estamos em ações para ter um repositório definitivo no Brasil, onde todo esse material possa ser guardado com toda a segurança possível. Esse é um tema muito importante.

Finalmente, como eu disse, a parte de licenciamento e fiscalização, que seria uma atuação nos moldes de uma agência reguladora.

Esse é o escopo da Comissão Nacional de Energia Nuclear.

Finalizo a minha fala, tomando a liberdade de pedir a colaboração dos senhores e das senhoras na questão de pessoal, de recursos humanos. Já foi dito aqui que não teremos possivelmente concurso público neste ano, mas essa questão é uma necessidade premente, porque similarmente aos outros Ministérios, aos outros órgãos públicos, os nossos pesquisadores, os nossos técnicos estão se



aposentando, e não está havendo a recomposição do quadro de pessoal. Para não pararmos inclusive a produção de radiofármacos e outras atividades, seria muito importante que houvesse essa recomposição de pessoal.

Nesse particular, um dos enfoques em que se está pensando é a possibilidade de contratação de pessoal principalmente de nível técnico. Em regime de CLT, temos pessoas contratadas trabalhando nisso, não no âmbito gerencial e de pesquisa, mas na manipulação de máquinas e equipamentos. Uma das alternativas possíveis seria a contratação de pessoas para executarem essas tarefas. Mas isso ainda não está equacionado. Seria um dos caminhos, e os senhores podem nos ajudar nisso também.

Finalizando, assim como o Prof. José Raimundo mencionou, seria muito importante — e coloco a CNEN à disposição — um debate, uma apresentação sobre o programa nuclear brasileiro de maneira geral, sobre as atividades nucleares. Evidentemente não faço referência aos senhores, mas à população em geral. Há um desconhecimento muito grande e um temor dessa área. Então acho que um debate que pudesse esclarecer esses pontos, sobre produção de energia, etc., seria muito importante para País.

Novamente me coloco à disposição de todos para, se for julgado conveniente, estarmos aqui fazendo esse debate, essas apresentações.

Muito obrigado.

O SR. MINISTRO GILBERTO KASSAB - Obrigado, Sr. Pertusi.

Ouviremos agora o nosso Presidente da ANATEL, o Sr. Juarez Quadros.

O SR. JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO - Muito obrigado, Presidente desta Comissão, Deputado Paulo Magalhães, pela oportunidade de estarmos aqui acompanhando o Sr. Ministro Gilberto Kassab.

Inicialmente, eu gostaria de saudar o Deputado Sandro Alex, que está sendo indicado pela Câmara dos Deputados para compor o Conselho Consultivo da ANATEL, que, no momento, está sem quórum por falta de componentes — duas vagas cabem à Câmara dos Deputados e duas, ao Senado Federal — e isso atrapalha um pouco o funcionamento da ANATEL.

Eu gostaria ainda de saudar a Deputada Margarida Salomão, na pessoa de quem eu cumprimento também as demais Sras. Deputadas Federais.



Costumo ser muito breve nas minhas falas, mas não posso deixar de me colocar à disposição desta Comissão, Deputado, para uma apresentação mais extensa com relação àquilo que realmente a ANATEL tem que executar neste País.

Aproveito a presença do Deputado Arolde de Oliveira, a quem conheci ainda quando era engenheiro da companhia telefônica do Pará, época em que o nobre Deputado era o Superintendente Regional da EMBRATEL, de toda a Região Norte, para lhe agradecer. Ele colocou muito a mão na massa e sabe realmente das dificuldades por que passamos naquele tempo. A situação de hoje é uma delícia, se comparada à daquele período.

Eu vou falar rapidamente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, da questão da recuperação judicial da Oi, cuja dívida, no momento, é da ordem de 105 bilhões de reais; ou seja, o maior volume de recursos expostos a um processo de recuperação no País. Isso tem demandado bastante atividade por conta da ANATEL, e o Conselho hoje, assim como os demais servidores, está se debruçando para tentar encontrar uma solução para o problema.

A Dra. Vanda já falou aqui da questão do desligamento do sinal analógico de televisão aberta no Brasil. A ANATEL tem também colaborado bastante com essa atividade, tendo em vista que ela é importantíssima para o setor de telecomunicações, uma vez que, liberada essa frequência operada pelo sinal analógico no Brasil com a televisão aberta, libera-se também a frequência de 60 mega-hertz, que é uma frequência importantíssima para a solução de banda larga.

Eu cito aqui o Deputado Goulart e Deputado Átila Lins, duas testemunhas da dificuldade que tem a ANATEL. Eles estiveram conosco em busca de solução para problemas nas suas bases eleitorais, seja no Estado de São Paulo, seja no Estado do Amazonas. A sociedade local demanda aos Srs. Parlamentares, que zelam pelos interesses dos seus Estados, das suas bases eleitorais, hoje não mais um telefone, não mais um orelhão, tampouco um celular. Quando os Srs. Deputados vão à Agência, por demanda da sociedade, eu os recebo, mas às vezes não tenho condições de dar solução ao problema apresentado, que é justamente o acesso, via celular, de banda larga para aquela sede municipal, para aquele distrito.

Outra questão que aproveito a oportunidade para abordar e sobre o que tenho conversado bastante com o Sr. Ministro é a questão orçamentária da ANATEL. Para



este ano de 2017, estão nos sinalizando mais um corte de 33%. É impossível trabalhar com esses limites de orçamento.

Qual é o papel da ANATEL no País? Por lei, cabe à ANATEL, por intermédio de 1.600 servidores, que é o efetivo de servidores da Agência, implementar políticas determinadas pelo Poder Executivo ou pelo Poder Legislativo. Na hora em que esses valores nos faltam é como dizemos lá no Norte — em homenagem a alguns Parlamentares da Região Norte —, “*sem dinheiro, o boi não dança*”.

É interessante aqui destacar que, por lei, a ANATEL também tem a competência de representação do setor de telecomunicações em âmbito internacional. No momento, nós estamos praticamente impedidos de mandar servidores que coordenem ou presidam comissões, seja em Genebra, seja em Washington, para fazer a defesa dos seus papéis, ou seja, os papéis acadêmicos ou científicos que têm que ser levados.

Afinal de contas, o Brasil tem a quinta rede mundial de telecomunicações. Portanto, nós temos sim que influenciar na definição de padrões, de *standards*, em âmbito mundial, para que o País continue tendo, porque o tem, uma das melhores redes de telecomunicações. E já tem há muito tempo, não é deste momento especificamente.

Outra questão também, Sr. Deputado Paulo Magalhães, é justamente a reforma da Lei Geral de Telecomunicações, que por esta Casa já tramitou. No momento, infelizmente ainda se encontra no Senado Federal e precisa de uma solução de continuidade.

É claro que eu poderia aqui, nobre Deputado, também falar de outorga, seja de frequências de radiodifusão, seja de posições orbitais, cujas competências para essas outorgas estão também na ANATEL. Eu poderia falar da qualidade dos serviços prestados, tanto de telefonia fixa e de celular, quanto de banda larga e de televisão por assinatura. Eu poderia falar da questão da cobertura do serviço móvel pessoal, seja em terceira geração de tecnologia, seja em quarta geração. É claro que muitos outros detalhes poderiam ser aqui levantados, mas, dado o adiantado da hora, eu já me poupo e, por aqui, encerro a minha fala, colocando-me à disposição desta Comissão para, em outra oportunidade, abrirmos um debate mais extenso e de mais interesse dos Srs. Parlamentares aqui presentes.



Muito obrigado.

O SR. MINISTRO GILBERTO KASSAB - Eu só pediria ao Juarez que apresentasse, de maneira bem resumida, as principais premissas da proposição que altera a Lei Geral de Telecomunicações, que foi muito discutida aqui, e o que traz de atraso para os projetos do País a sua não votação no Senado.

O SR. JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO - Atendendo ao Sr. Ministro, digo que, nesta Comissão, o projeto de lei tramitou. Eu mesmo, pessoalmente, estive aqui numa reunião em que o assunto foi debatido. O mais importante neste processo, uma vez que a Lei Geral de Telecomunicações é de 1997, é que, de lá para cá, o mundo rodou, o planeta Terra rodou realmente bastante, e esse setor se tornou muito pujante. Para tudo o que acontecia naquele momento lá em 1997, hoje a situação é outra e o que precisa ser trabalhado em busca de outras soluções também.

Então, não há nenhum perdão de dívidas que seja necessário, mas haverá grande diferença da migração da outorga de concessão do serviço de telefonia fixa para o regime de concessão de outorga em autorizações, explorado já hoje, como os Srs. Deputados devem ter notado, na quantidade de telefones fixos existentes no País, que é da ordem de 41 milhões de acessos, sendo que 60% deles estão em regime de concessão, os outros 40%, em regime de autorização. O que o projeto de lei a esta altura ainda pretende, uma vez sancionado por lei, é que haja uma migração do regime de concessão para o regime de autorização.

É claro que isso significa ganhos, ganhos estes que seriam transformados em investimentos, atendendo a políticas públicas determinadas pelo Poder Executivo e também, provavelmente, pelo Poder Legislativo, que seriam então levadas para a melhoria sim da qualidade da prestação dos serviços de banda larga no País, não com programas definidos pela ANATEL, mas gerenciados pela ANATEL, para que fossem introduzidos. Com isso, seria suprida a grande necessidade de serviços de banda larga, uma vez que hoje apenas 39% dos domicílios brasileiros contam com acesso a esse serviço. Portanto, essa é uma das finalidades maiores que está embutida no PLC 79/16, que ainda não está concluso no âmbito do Congresso Nacional.



É claro que há uma série de outros parâmetros, mas o foco principal é a migração da concessão para a autorização, fazendo com que investimentos sejam traduzidos na diferença da migração, o que nós chamamos de *gap*, em benefício sim da sociedade brasileira.

O SR. MINISTRO GILBERTO KASSAB - Obrigado, Sr. Juarez. Agradeço a sua participação.

Tanto para o Congresso Nacional, quanto para o Poder Executivo é de extrema importância termos à frente da ANATEL uma pessoa tão qualificada, com tanta experiência, como o Sr. Juarez.

Presidente Paulo Magalhães, atendendo ao seu convite e conforme o que combinamos, acredito que nós tenhamos aqui apresentado os principais projetos e programas em andamento no Ministério, trazendo também quem os lidera.

Não puderam estar presentes o Presidente da Financiadora de Estudos e Projetos — FINEP, o Marcos Cintra, por conta de uma reunião que não conseguiu desmarcar no Rio de Janeiro; da mesma maneira, o Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial — EMBRAPPII, o Jorge Guimarães, apesar de que o Prata falou aqui e enalteceu a importância da EMBRAPPII em nome do Jorge; e o Secretário-Executivo, Elton Zacarias, que está de férias.

Eu quero agradecer aos colegas do Ministério pela presença, pela apresentação, e dizer aos membros desta Comissão que qualquer que seja o momento, o dia, convidem-nos, convoquem-nos, seja o Ministro, sejam os integrantes da nossa equipe, para que possamos aqui trazer contribuições, colher ensinamentos e, com isso, fazer com que o nosso trabalho seja potencializado e os resultados sejam os melhores possíveis.

Eu ainda me considero um Parlamentar, e este é o espírito de toda a nossa equipe: trabalhar junto com a Câmara dos Deputados e com o Senado, porque é o melhor caminho para que possamos ser bem-sucedidos nas nossas missões.

Agradeço todo o apoio que esta Comissão tem dado e formulo os meus melhores votos de êxito na sua gestão, Presidente Paulo, assim como ao Vice-Presidente Sandro Alex.

Caso alguns dos Parlamentares aqui queiram ter alguma participação, eu e toda a nossa equipe nos colocamos à disposição.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Magalhães) - Sr. Ministro, Gilberto Kassab, nós queríamos agradecer a V.Exa. o pronto atendimento ao nosso convite.

Eu gostaria agora de passar a palavra ao 1º Vice-Presidente da Comissão, o Deputado Sandro Alex, para que fizesse algumas observações.

Tem a palavra o Deputado Sandro Alex.

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - Sr. Presidente Paulo Magalhães, Sr. Ministro Kassab, demais convidados, meus cumprimentos.

Agradeço a presença ao Ministro, que atendeu ao convite feito por meio de requerimento que apresentei junto com o Presidente Paulo Magalhães.

O Ministro Kassab inova. Eu estou aqui na Comissão há 6 anos, e não tenho lembrança de um Ministro trazer toda a sua equipe, como S.Exa. trouxe, cada um pontuando, em uma mesma audiência, as suas Pastas. Aliás, S.Exa. fez parte desta Comissão, e ali, no segundo quadro da parede, está a foto do Kassab quando aqui presidiu a Comissão. Há também a foto de outro componente da Comissão, o Deputado Arolde.

Eu quero agradecer muito a V.Exa., Ministro, a oportunidade de conhecermos os trabalhos feitos no Ministério. Aqui esteve o Presidente dos Correios, o Guilherme Campos, revelando o tamanho do rombo com que ele se deparou, em números: mais de 2 bilhões em 2015. Os números de 2016 ainda não foram apresentados. V.Exa. pode contar conosco. Em relação ao contingenciamento do Fundo Nacional, terá o apoio desta Casa, como também em relação aos vetos ao marco legal. Eu sou um dos autores do marco legal, junto com o Deputado Izalci e outros sete Parlamentares desta Comissão, por onde teve início a tramitação do projeto na Casa.

Também quero destacar aqui a atuação da Secretária Vanda. Em 11 meses, 20 mil processos saíram de uma pilha, sem contar a perfeição do *switch off*, a migração que hoje se encontra itinerante, as legislações apresentadas que modernizaram a Pasta, reconhecida por todo o setor.

Quero cumprimentar também o André. Enfim, quero cumprimentar todos os senhores.

Hoje é o Dia Mundial da Propriedade Intelectual, Ministro Kassab. E nós ainda vamos nos debruçar um pouco mais na Comissão sobre a necessidade de não



confundirmos liberdade de expressão com prejuízo à propriedade intelectual. Isso se faz necessário, por meio de uma discussão importante nesta Casa.

Também ouvimos o Presidente da ANATEL, o Juarez, que nos revelou que novamente há um corte de 33% no orçamento — é isso?

E aqui eu quero ser breve. Tenho um tempo de 10 minutos, mas não quero utilizá-lo todo, porque os demais Parlamentares o farão.

Ministro, eu tenho me debruçado muito sobre os fundos de telecomunicações, o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações — FUST, e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações — FISTEL. E observei que, em todas as últimas gestões de Governo, eles não foram devidamente utilizados. Eu sou autor de um projeto que susta a cobrança desse fundo enquanto não for regulamentada a sua utilização.

Veja, Presidente, temos o FISTEL justamente para promover a fiscalização, arrecadando bilhões. A ANATEL ficaria com esse recurso, mas ele não chega devidamente à ANATEL.

E ocorre o mesmo com FUST, Ministro, em relação à universalização. O que o Presidente Antonio Loss nos traz do seu trabalho à frente da TELEBRAS — também uma empresa que foi encontrada em dificuldades — hoje nos dá orgulho. Estamos vendo o Brasil discutir cabo submarino. E no dia 4 de maio, como V.Exa. nos informou, teremos o lançamento. É, realmente, um marco, e é fruto do seu trabalho e de sua equipe.

Nós poderíamos trabalhar para que o FUST fosse devidamente utilizado para a universalização e a banda larga, Ministro. Sei que, neste momento, o País atravessa um período de dificuldades, mas nós poderíamos propor um calendário para a utilização desse fundo a partir de 2020, por exemplo. Faríamos algo que não comprometesse o País, mas que pudéssemos colocar um cronograma de utilização do FUST. Tenho certeza de que a maior contribuição que a Comissão e esta Casa darão a V.Exa. será aprovando a regulamentação, a utilização devida dos fundos de telecomunicação. Todos aqui já apresentaram requerimentos, projetos para a sua devida utilização. Será uma importante contribuição se nós conseguirmos desatar esses fundos, como o FUST, e fazermos com que eles sejam aplicados em ciência e



tecnologia. É isso realmente o que V.Exa. defende e luta, em relação a outros fundos também, mas, principalmente, para que o FUST possa ser utilizado.

Obrigado, Ministro Kassab. E parabéns à equipe que V.Exa. compôs e à equipe que trouxe hoje aqui para, com transparência, apresentar números.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Magalhães) - Concedo a palavra ao Ministro Kassab.

O SR. MINISTRO GILBERTO KASSAB - Quero apenas me congratular com o Deputado Sandro Alex que, junto com o Deputado Paulo Magalhães, têm condições de fazer um extraordinário trabalho à frente desta Comissão.

Quero dizer, Deputado Sandro Alex, que a ideia é o FUST e o FISTEL terem a mesma conduta e a mesma articulação política na Casa, para que possamos fazer, seja aqui nesta Comissão, como na Comissão do Senado, com o Senador Otto Alencar, o mesmo projeto e, a partir de 2020, nós impediríamos o contingenciamento do FUST e do FISTEL. É algo transparente. Não é uma política de Governo e sim de Estado, porque irá prevalecer para o futuro Governo que nem sabemos quem o conduzirá, e perante a sociedade terá mais credibilidade. Não sabemos quem será o Ministro e não terá também vigência a partir do primeiro ano do futuro Governo, para que possa se preparar para a vigência desse projeto no seu segundo ano.

Acredito muito que esta Casa e o Senado terão sensibilidade para conduzir a aprovação desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Magalhães) - Com a palavra o 3º Vice-Presidente desta Comissão, o Deputado Celso Pansera, por 5 minutos.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Ministro, quero agradecer a sua presença e de toda a sua equipe. Saudando o Jailson, saúdo toda a equipe do Ministério, que agora está junto com o Ministério das Comunicações.

Eu vou pontuar algumas questões, Ministro, depois farei uma fala mais política no final.

Em relação à nova lei de informática, nós aprovamos o requerimento, na semana passada, para realização de uma audiência pública. Ela será realizada no dia 4. Já conversei com o Max. Ele virá aqui, assim como representantes de um



conjunto de empresas do setor produtivo. Vamos conversar um pouquinho sobre essa exigência da OMC. Nós já realizamos uma audiência em dezembro para tratar do assunto. Vamos retomá-lo. Parece-me que a medida provisória está em ponto de finalização, e esta Casa irá analisá-la. Portanto, é um assunto interessante.

O Jailson falou do Fundo Social.

Eu apresentei um projeto, Jailson, referente ao pré-sal, de forma que 25% sejam destinados para ciência e tecnologia. O projeto já está tramitando. Eu peço que esta Comissão agilize a discussão, a fim de que outras Comissões trabalhem junto ao Governo em prol da tramitação desse projeto que trata da destinação de 25% do pré-sal para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Eu acho que isso poderia ajudar.

Em relação ao veto, foi isso mesmo. Houve uma tentativa de derrubada do quórum do Senado. Na votação dos vetos ocorreu exatamente o seguinte: derrubamos na Câmara, e o Senado tentou derrubar a sessão e acabou atingindo nossos vetos. Então, nossa luta é para repor.

Ministro, eu queria me reportar a uma fala da Presidente da SBPC, a Profa. Helena Nader. Hoje, de manhã, nós tivemos a reunião da Frente Parlamentar, presidida pelo nosso querido Deputado Izalci. Ela disse algo que achei muito pertinente. É na verdade um alerta para o Governo, para a Nação, para o nosso Parlamento, porque o corte de 33% sobre o global do Orçamento pesa sobre um terço não pode ser contingenciado: custeio e mão de obra. Na verdade, o corte é de 50% sobre aquilo que é disponível. É uma pancada muito grande o contingenciamento.

Nós não temos perspectiva este ano de haver uma repatriação tão grande como houve no ano passado, o que permitiu ao Governo repassar recursos aos Ministérios e fazer no final de ano um conjunto de ações, como colocou o CT-INFRA em dia, assim como os Restos a Pagar.

É realmente um momento dramático na área. Temos que fazer um movimento neste Congresso junto com o Governo para repor os orçamentos, para que a ciência não fique sujeita a essa intermitência, a esses soluços, e não haja descontinuidade ou solavancos em projetos que não podem parar.



Não sei se o Jailson ou o Prata citou aqui a pesquisa sobre a zika, para a qual houve provisão de recursos. Vejam o resultado, a projeção internacional que conseguimos. Estamos prestes a fabricar vacina para isso. Constantemente está-se investido dinheiro, e a FINEP e o CNPq estão abrindo editais.

Esse corte atinge projetos, inclusive, do PAC. Recursos do PAC também foram contingenciados. Nós vamos atingir o Sirius, fonte da luz síncrotron, que se tornará referência mundial na área e está sendo construído em Campinas. Haverá problema também com o Reator Multipropósito Brasileiro, fundamental para a produção de radiofármacos, para tornar o Brasil autônomo nessa área. E também afetará as lavras de urânio em Caetité, programa também abrangido pelo PAC. O Brasil precisa ampliar a produção de energia elétrica a partir da indústria nuclear e também precisa dos radiofármacos.

Mas há outro aspecto dessa questão que é muito importante, e não falamos muito nele, Ministro: esse corte atinge as organizações do setor, como, por exemplo, a SBPC, a Academia Brasileira de Ciências, a SOFTEX e o IBICT. Estou citando quatro organizações do setor que estão sem orçamento e acabam perdendo os seus calendários, não conseguem organizar seminários, congressos, participação em eventos internacionais e acabam também desarticulando essa rede que o Brasil construiu ao longo das últimas décadas e que dá suporte ao Governo, ao Ministério e ao setor que produz pesquisa, porque eles se articulam, se organizam e estabelecem relação com a sociedade civil e com os órgãos do Governo.

Vejam que o corte não só atinge diretamente, do ponto de vista da infraestrutura do Ministério, o setor de pesquisa e produção de conhecimento, mas também desestrutura a rede construída. Essa é a dramaticidade do problema.

Acho que vale que este Congresso junto com o Ministro se articulem com o Governo para encontrar uma alternativa, já que nós não temos expectativa de haver dinheiro neste final de ano, como no ano passado houve o dinheiro advindo da repatriação de recursos do exterior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Magalhães) - Agradeço ao Deputado Celso Pansera.

Concedo a palavra ao Ministro Gilberto Kassab.



O SR. MINISTRO GILBERTO KASSAB - O Deputado Celso Pansera conhece muito bem o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, em especial porque exerceu o cargo de Ministro, com muita competência. A sua manifestação é uma importante contribuição e expressa solidariedade às ações que precisam acontecer.

Deputado, agradecemos muito o seu apoio, a sua participação. É muito importante a opinião de pessoas com sua experiência e com seu conhecimento na área.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Magalhães) - Com a palavra o Deputado Thiago Peixoto, como primeiro inscrito.

O SR. DEPUTADO THIAGO PEIXOTO - Saúdo o Presidente Paulo Magalhães pela bela audiência promovida. Saúdo também o Vice-Presidente Sandro Alex e cumprimento o Ministro Gilberto Kassab e o Dr. Juarez Quadros, Presidente da ANATEL.

Ministro, eu queria começar a minha fala do ponto onde o Deputado Sandro Alex terminou, fazendo um elogio específico à sua equipe, ao seu time. A grande qualidade de um homem público é saber montar uma grande equipe, porque ninguém sabe tudo. Então, o grande desafio é termos pessoas que sejam extremamente competentes naquilo que se propõem a fazer.

E hoje V.Exa. vem aqui de forma democrática, aberta, transparente, traz toda a sua equipe, todos explicam de forma detalhada cada projeto em destaque no Ministério, e eu entendo que isso é um grande sinal de transparência e de total abertura ao debate.

Eu queria destacar aqui alguns pontos, Ministro, que me chamaram a atenção em tudo o que foi dito aqui.

V.Exa. sabe que eu sou um grande entusiasta da economia digital, e eu percebo que tem havido um cuidado muito grande por parte de V.Exa. e por parte do Ministério a respeito disso. Fiquei feliz em saber aqui, por exemplo, que já existe hoje um grupo de trabalho no Governo, liderado por V.Exa. e pelo seu Ministério, exatamente para potencializar a economia digital no nosso País. Nós estamos falando de algo que representa, no mundo, de forma direta, 2,2 trilhões de reais; de forma indireta, 2,8 trilhões de reais. Isso é muito mais do que o PIB do Brasil. Eu



entendo que potencializar essa área significa uma nova perspectiva econômica para o nosso País.

Fiquei muito feliz também em saber os detalhes do nosso satélite, que vai servir muito para essa economia digital. Se há muito tempo se falava em estradas, eu entendo que as novas estradas agora são a banda larga. Então, termos um Ministério que trata disso de forma estratégica e crucial para o País é fundamental, porque toda a nova economia vai vir daí.

Outro destaque que eu queria fazer, Ministro, é com relação ao que o Secretário Jailson de Andrade disse aqui há pouco sobre essa grande conquista que o Brasil teve através da pesquisadora Celina Turchi, uma goiana. Trata-se de pesquisa custeada pelo setor público, em parceria com a academia, que gerou resultado muito proveitoso ao País e que destacou uma grande pesquisadora. A revista *Nature*, no final do ano passado, já tinha colocado a Celina entre as 10 pessoas mais influentes no mundo na área da ciência, e agora a revista americana *Time* a coloca entre as 100 pessoas mais influentes do mundo. Só há 2 brasileiros lá: o Neymar e a Celina Turchi.

Eu quero dar aqui uma sugestão: que o Ministério ofereça a Ordem de pesquisador — não sei exatamente o nome dessa Ordem que o Ministério tem — a essa pesquisadora, que hoje é referência no mundo e que serve de exemplo do potencial que o nosso País tem na área da ciência, da tecnologia e do conhecimento.

Para concluir, Ministro, eu queria também destacar o que o Sr. Álvaro Prata disse com relação a essa grande necessidade, Presidente Paulo Magalhães, de haver conexão entre o conhecimento da academia e a economia. Isso é sempre muito dito, todo mundo sabe disso, mas isso tem que ser efetivado. Eu entendo, Ministro, que isso é óbvio, isso é muito dito, mas nós não conseguimos atingir o ponto ideal. Que, de fato, nós tenhamos um diálogo, uma conexão muito forte entre a academia e a economia. Isso pode potencializar muito o nosso País e toda a ciência e tecnologia do Brasil.

Eu destacaria esse como talvez o seu principal desafio dentre os muitos que foram ditos aqui. Pode ser de fato um grande legado de V.Exa. para o nosso País essa conexão real, verdadeira — não só no discurso, como ela é feita muitas vezes



—, da academia com o setor econômico do nosso País e o potencial que isso pode ter para nossa Nação.

Para terminar, eu queria mais uma vez parabenizá-lo, Ministro, pelo grande trabalho que faz à frente do Ministério. Para o PSD, é um grande orgulho tê-lo como Ministro, ocupando esse espaço — V.Exa. é Presidente do nosso partido —, colocando o Brasil como referência em ciência e tecnologia, enfim, em conhecimento, que é o que mais vai gerar riqueza no mundo como um todo.

Parabéns, Ministro! Parabéns, Presidente Paulo Magalhães!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Magalhães) - Agradeço ao Deputado Thiago Peixoto.

Com a palavra o Ministro Gilberto Kassab.

O SR. MINISTRO GILBERTO KASSAB - Quero agradecer ao Deputado Thiago Peixoto as considerações e cumprimentá-lo pelo trabalho. Trata-se de um dos grandes quadros do Congresso Nacional, expressão da renovação na política brasileira, na vida pública brasileira. Peço ao Jailson e ao Takahashi que, acatando a sugestão do Deputado Thiago, demos início ao processo de homenagem à Celina.

Obrigado, Deputado Thiago Peixoto.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

Não daria para fazer blocos de três ou cinco, para depois passar para o Ministro? Acho que isso simplificaria. Há muita gente inscrita ainda, não é? Poderíamos fazer blocos de três ou quatro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Magalhães) - Eu vou aceitar a sua sugestão depois de ouvir a Deputada Raquel Muniz.

Com a palavra a Deputada Raquel Muniz.

A SRA. DEPUTADA RAQUEL MUNIZ - Boa tarde a todas e a todos.

Quero agradecer, mais uma vez, ao Ministro e a toda a sua equipe a presença, que tem sido uma constante nesta Casa. O Ministro não só nos recebe no Ministério, mas também vem aqui pessoalmente conversar conosco em nossas bancadas. Tivemos a presença do Ministro aqui ontem mesmo, e o Guilherme esteve na semana passada na Comissão do Esporte e nesta importante Comissão



em que estamos hoje, a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.

Gostaria de lembrar que esta equipe realmente está de parabéns. Eu tive que me desdobrar aqui hoje, porque a Comissão de Seguridade Social e Família transformou uma reunião deliberativa em uma audiência pública, que tinha também um membro dessa importante equipe, o Otavio Caixeta, Diretor do Departamento de Ecossistemas Digitais do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Estávamos ali discutindo a questão de um robô, por proposta da Deputada Leandre. E discutimos a alta tecnologia no Brasil. Foi muito importante aquela audiência pública. E nos desdobramos para estar presentes lá também.

Quero dizer ao Guilherme Campos — em especial a ele, mas homenageando toda a equipe — que o parabenizo por esse grande trabalho que tem realizado nos Correios, sem perder a sensibilidade, fazendo uma excelente gestão, o que é peculiar ao Guilherme, ao Ministro e a toda a equipe. Os recursos não são muitos, mas os recursos existentes têm que ser acompanhados para que seja feita uma boa gestão. Parabenizo o Guilherme pela sensibilidade de, após os cortes no incentivo ao esporte, não deixar de atender os Estados, especialmente, por exemplo, o norte de Minas Gerais, onde mais de 500 adolescentes e crianças participam de um projeto de natação. Esse projeto teve seguimento por demanda nossa, em nome da população do norte de Minas.

Foi muito importante também a visita da equipe do Ministro Kassab, em especial da Vanda, para a desburocratização das rádios, especialmente em Minas Gerais, onde há mais de 800 Municípios. E acredito que, em grande parte desses processos que foram avaliados e liberados a partir da gestão do Ministro, Minas Gerais foi um Estado muito beneficiado em função de ter muitos Municípios.

Quero dizer que o Brasil tem jeito. E cada um de nós pode fazer a sua parte, ou no exercício do mandato Parlamentar, ou cuidando do Ministério, como o Ministro tem cuidado. Esse é um Ministério muito importante, e está dando respostas ao Brasil.

O passado temos que deixar para trás. Eu mesma posso dizer isso, porque a eleição do meu marido foi muito judicializada. Graças a Deus, agora os processos



estão sendo arquivados. Temos que trabalhar olhando e pensando sempre no futuro.

O Ministério nos dá esse exemplo de que nós podemos fazer muito pelo nosso Brasil.

Muito obrigada, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Magalhães) - Agradeço à Deputada.

Com a palavra o Ministro Gilberto Kassab.

O SR. MINISTRO GILBERTO KASSAB - Quero apenas cumprimentar e congratular-me com a Deputada, parabenizando-a por seu trabalho. A Deputada tem estado muito presente em nosso Ministério, trazendo contribuições, propostas de programas, parcerias. E tenho certeza de que todas elas darão bons frutos não apenas para Minas Gerais, mas também para o País.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Sr. Presidente eu gostaria de fazer um registro por apenas 1 minuto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Magalhães) - V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Eu tenho que votar agora — já estamos na segunda votação nominal —, mas eu queria registrar que acabou de sair o resultado do julgamento no Supremo Tribunal Federal sobre a PEC 395/14, em cuja votação aqui perdemos por 4 votos — faltaram 4 votos para sua aprovação. Trata-se daquela PEC que permite a cobrança de mensalidades para cursos de pós-graduação *lato sensu*. O Supremo deu ganho de causa a nós, à comunidade científica, às universidades, por 9 a 1. (*Palmas.*) Então, repôs o texto cuja votação nós perdemos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Magalhães) - É muito importante essa informação, Ministro Pansera.

Com a palavra o Deputado Arolde de Oliveira.

O SR. DEPUTADO AROLDE DE OLIVEIRA - Obrigado, Sr. Presidente. Eu queria inicialmente cumprimentá-lo e cumprimentar a Mesa através do Deputado Sandro Alex pela audiência que nós tivemos hoje.

Fiz questão de permanecer o tempo todo me atualizando, uma vez que tenho estado de forma intermitente fora do mandato e fora desta Comissão, da qual



participo desde sempre, desde o meu primeiro mandato. E foi muito bom porque fiz um mergulho no passado também.

Na minha vida profissional, primeiro como técnico, depois como executivo do setor, eu pude ver que eu comecei realmente, meu querido Ministro Kassab, antes do nada, no setor de telecomunicações. Tive o privilégio de participar de praticamente todas as grandes decisões ao longo dos meus anos mais profícuos como engenheiro, como economista e como profissional do setor. E, depois, de 2000 para cá, eu fiz uma parada e fui para o Estado realmente exercer cargos executivos. Inclusive, neste mês, estou retornando de uma função no Estado. E foi muito importante ouvir o que foi dito aqui.

Ministro Kassab, quero cumprimentá-lo. Já conheço a sua competência como executivo, como homem que é capaz de focar as políticas no interesse público, acima de tudo, e usar essas políticas como orientação fundamental para executar as funções que são atribuições dos cargos executivos.

A criação do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações foi uma feliz ideia, por reunir todos esses assuntos que têm conexões de natureza tecnológica. Eles foram integrados em uma única área, criando, realmente, a possibilidade de uma abordagem sempre plena de todos esses assuntos. Que essa abordagem possa ocorrer sem deixar para trás algo que seja importante, uma vez que a profissionalização das gestões, em cada área, é evidente, pela forma como foram aqui expostos os temas. Foram exposições bastante sintéticas e simplificadas, evidentemente, mas deu para perceber a competência da equipe.

Esse talvez seja o maior trunfo que temos nesse setor, pela sua importância, porque é o setor motor da economia. Os setores de ciência e tecnologia e de comunicação e tudo o que está envolvido dentro deste Ministério são motores das transformações deste mundo.

Naturalmente, o principal motor de transformação do mundo é a política. Nós nunca devemos deixar de reconhecer isso. Mas, abaixo da política, realmente, é esse o setor que traz transformações e novos paradigmas que afetam ou têm afetado todas as relações sociais e que têm, inclusive, criado neste momento um espaço anárquico, uma *vacatio legis*, pelo excesso de demandas de regulamentação



e pela lentidão dos processos analógicos que nós utilizamos para fazer leis e regulamentos.

Então, vivemos uma descontinuidade em que a competência do conhecimento e da gestão vai evitar maiores confusões, maiores complicações e, principalmente, maiores perdas de oportunidades de grandes negócios para o nosso País.

Eu quero cumprimentá-los e fazer apenas uma pergunta. Esse satélite, Ministro, que está sendo lançado, é um satélite geossíncrono? E, se for, nós temos espaço ou espaços na órbita regional da América do Sul, no caso do Brasil? É a única questão que faço.

Parabéns, mais uma vez, pela gestão e pela equipe que formou no Ministério.

O SR. MINISTRO GILBERTO KASSAB - Obrigado, Deputado Arolde de Oliveira, por suas contribuições. V.Exa. é referência nesta Casa em políticas públicas de comunicações. Sua vida pública se confunde com a história das comunicações. Eu o acompanho desde o primeiro passo das evoluções que aconteceram no nosso País.

Respondendo objetivamente a V.Exa., o satélite é, sim, geoestacionário. Peço que o Sr. Loss, rapidamente, em alguns segundos, aprofunde o perfil do satélite.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Magalhães) - Com a palavra o Deputado Adelmo Carneiro Leão.

O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO - Boa tarde! Quero cumprimentar o Ministro; o Presidente Paulo Magalhães, o Juarez Quadros; o Deputado Sandro Alex e os demais Deputados e Deputadas presentes.

Quero falar sobre as minhas inquietudes, Ministro. Eu acho que ter essa perspectiva e uma posição efetiva contra qualquer contingenciamento de recursos em detrimento da ciência e tecnologia é algo muito positivo, mas estabelecer isso como meta para 2020 é muito preocupante. Existem determinados investimentos em ciência e tecnologia cuja solução de continuidade causa um desastre irreparável. E me parece que existem algumas questões assim nesse contexto. O Juarez Quadros, inclusive, apresentou uma delas.



Ontem nós vimos, numa reportagem sobre a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, a situação de pesquisas que estão em andamento e que estão tendo recursos contingenciados. Trabalhadores e estagiários deixaram de receber recursos. Isso pode ser um desastre irreparável, se nós permitirmos que o contingenciamento chegue a esse valor que está sendo imposto a diversas situações.

Considero que é possível buscarmos e garantirmos fontes importantes que possam reduzir ou minimizar de maneira significativa esse contingenciamento. Cito como exemplo as reservas cambiais volumosas que nós temos e que estão sendo custeadas a um valor alto, em função da contrapartida da dívida e do contingenciamento que nós estamos fazendo, reduzindo investimentos fundamentais para o País.

Então, eu quero deixar aqui registrada a minha inquietude frente a esse tempo elástico que está sendo estabelecido para eventualmente nós não termos mais contingenciamento em ciência, pesquisa, tecnologia e inovação.

Quero registrar também outra questão que me parece fundamental. Embora seja louvável a afirmação de que os Correios não estão na ordem da privatização, quero dizer que é um risco deixar os Correios com recursos contingenciados, submetido a uma situação de endividamento brutal, sem levar em consideração que, neste momento, talvez seja o investimento público a condição *sine qua non* para que ele permaneça como instituição verdadeiramente pública. Dizer que não haverá nenhum recurso para os Correios, neste momento, é um risco, é um perigo. É um contrassenso tomá-lo como instituição pública — e necessariamente deverá ser pública como órgão estratégico da nossa soberania — e não alocar ali os recursos necessários. Essa é outra preocupação que eu quero manifestar.

Finalmente, em relação ao marco regulatório e ao nosso satélite, eu não tenho nenhuma restrição, nenhuma dificuldade em entender as parcerias público-privadas. Eu acho que é importante a iniciativa privada participar disso. Mas até quando e em que intensidade ela vai participar, se nesse tipo de participação e de envolvimento nós tivermos comprometimento e limitação do que deve ser o público para defender o interesse coletivo da nossa Nação?



Ficam aqui as minhas preocupações, a minha inquietude, porque entendo que neste momento a área de ciência e tecnologia não pode sofrer como a área da saúde. Ontem nós tivemos uma audiência pública em que se mostrou que a restrição de recursos na área da saúde, cujo orçamento passou de 115 bilhões de reais de reais para 80 bilhões de reais, pode reduzir de maneira brutal os recursos essenciais para o atendimento nesse setor. Essa é uma situação no meu entendimento inadmissível para a construção do Estado Democrático de Direito com justiça social.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Magalhães) - Agradeço ao Deputado Adelmo Carneiro Leão.

Antes de passar a palavra ao Ministro Kassab, gostaríamos de ouvir o Dr. Antonio Loss sobre a pergunta do Deputado Arolde de Oliveira.

O SR. ANTONIO KLINGER LOSS LEITE - Eu estava aqui conversando com o Deputado Arolde e respondendo algumas perguntas rapidamente.

Esse satélite estará colocado a 75 graus. Ele vai cobrir todo o Brasil, em toda a sua extensão territorial, além de, na banda X, cobrir a América Latina. E nós temos potencial para outros satélites também nessa posição.

Nós estamos dando um passo fundamental para as telecomunicações no Brasil, um salto de gigante com essa inovação.

Ele estava me contando aqui da sua experiência em telecomunicações. Ele sabe exatamente o quanto significa esse passo que nós estamos dando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Magalhães) - Obrigado.

Com a palavra o Ministro Kassab.

O SR. MINISTRO GILBERTO KASSAB - Eu quero cumprimentar o Deputado Adelmo e dizer que as suas contribuições são muito relevantes.

Em relação aos Correios, é evidente que gostaríamos de contar com recursos, mas a equipe econômica e a Casa Civil já deixaram claro para todos nós que não haverá recursos. A conjuntura econômica do País é muito difícil, existem prioridades como saúde, educação, pesquisa, ciência, que têm preferência na destinação dos recursos num momento tão difícil.



Nós sabemos que os Correios têm medidas que podem ser adotadas, medidas duras, mas que permitirão que o Governo contorne a falta desses recursos, como evidentemente ele deixou registrado.

Quanto ao ano de 2020, comungo com a sua convicção de que o ideal é que a partir deste ano mesmo não tivéssemos contingenciamento, mas nós, com um pouco de vivência no Parlamento e nas relações com o Executivo e com a equipe econômica, sabemos que, se o Congresso conseguir aprovar o impedimento do contingenciamento para este ano ou para o ano que vem, o Governo vai vetá-lo, vai trabalhar para manter o veto e, muito possivelmente, conseguirá mantê-lo.

Há momentos na vida pública em nós precisamos ser práticos e precisamos identificar aquilo que é possível. Nós aprendemos que, às vezes, o ótimo é inimigo do bom. Então, vamos garantir 2020. Depois, se nós pudermos antecipar o prazo, ótimo.

Quando eu fui Deputado Federal e Presidente desta Comissão — e olha que já faz tempo —, nós discutíamos a aprovação de uma lei que impedisse contingenciamento, e até hoje, quando eu volto aqui quase 15 anos depois, tem-se a mesma discussão, o mesmo projeto sendo debatido. Eu acho que o erro no passado foi não tê-lo aprovado com vigência no médio prazo.

Mas agradeço a sua contribuição; ela é muito relevante. Eu fico na torcida para que possamos conseguir essa proibição de contingenciamento, mas eu não acredito que nós consigamos isso para o presente ano, nem para o ano que vem, muito menos para o primeiro ano do futuro Governo. Até aqueles que acham que vão assumir o futuro Governo, porque não há partido, não há candidato que não acredite na vitória, sempre estarão preocupados com o seu primeiro ano.

Se nós aprovarmos isso para vigorar a partir do segundo ano do futuro Governo, eu tenho certeza de que nós vamos ser bem-sucedidos. Aprovado esse projeto com vigência a partir de 2020, nada impede de tentarmos fazer outro projeto antecipando essa data. Se conseguirmos, ótimo, mas já estará garantido para 2020.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Obrigado, Ministro.

Os próximos oradores são os Deputados Júlio Cesar, Takayama e Izalci Lucas.

Concedo a palavra ao Deputado Júlio Cesar.



O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Sr. Presidente, Sr. Ministro, senhores integrantes da equipe do Ministério, minhas senhoras e meus senhores, eu tenho visto muita equipe competente, mas, se todos os Ministérios tivessem pessoal no nível do que tem o Ministério da Ciência e Tecnologia, o País talvez estivesse em situação bem melhor do que se encontra hoje. Então, meus cumprimentos a toda a sua equipe, Ministro.

Eu anotei aqui alguns dados. Primeiramente, sobre os Correios, sobre o Postal Saúde. Eu acho que os Correios são o único órgão do Governo que paga 93% dos custos de saúde do funcionário, e ele paga apenas 7%. É por isso que está com esse rombo. O grande rombo dos Correios vem do financiamento do Postal Saúde. Os Correios hoje têm um rombo de mais ou menos 10% de sua receita operacional, em torno de 2 bilhões de reais.

O segundo assunto é o fundo. Eu estou aqui com a lista, Ministro, de todos os fundos. E, em relação ao de ciência e tecnologia, que é de 2,7 bilhões de reais, está dito que podem ser contingenciados 1,2 bilhão de reais — podem ser! Esse total que indicaram para contingenciamento pode se dever ao fato de que o restante é despesa discricionária. Então, eu fico preocupado — fico preocupado mesmo — com esse fundo.

Há vários fundos. Eu não peguei o total dos outros. O seu Ministério tem um orçamento de 15,6 bilhões de reais, dos quais vêm da Administração Direta apenas 4,1 bilhões de reais. Então, nós precisamos acompanhar com muito interesse esse contingenciamento, o percentual em que se dará e aquilo que vai para os fundos administrados pelo Ministério de V.Exa.

Uma coisa que também me chamou a atenção foi o potencial do carvão, que é duas vezes maior que o do petróleo e não é aproveitado, mais pelo problema do meio ambiente. É uma coisa com a qual deve haver preocupação, porque, apesar de a produção de petróleo ter crescido, tem aumentado muito o custo de extração, principalmente na plataforma continental.

Um dos grandes programas do Governo, Ministro, sobre o qual V.Exa. falou aqui, é o da cidade digital, ou cidade inteligente. Eu queria saber depois que disponibilidade de recursos haverá no Ministério para a implantação desses grandes



projetos que atingem grande percentual da população brasileira, como os da cidade inteligente e da cidade digital.

Quanto ao satélite, é uma grande expectativa que o Brasil tem. É um satélite que o Brasil vai pagar — V.Exa. já me falou que vai custar 2,7 bilhões de reais, no total —, e esse lançamento que ocorrerá dia 5 de maio deste ano é uma grande expectativa do Brasil e vai dar um grande avanço tecnológico ao nosso País. Fora isso, foguetes estão previstos para o ano 2019.

Eu ouvi aqui o Presidente da ANATEL falar em corte de 33% do seu orçamento. Eu não sei como é que se administra assim. Quando o orçamento é feito, já é muito limitado. Se se corta um terço dele, fica praticamente impossível governar.

Nós precisamos conversar para inibir esse corte ou diminuir o total desses cortes para não inviabilizar essa empresa tão importante na área das telecomunicações.

Por fim, Ministro, eu gostaria de saber que percentual poderá ser destinado à ciência e tecnologia nas universidades brasileiras. Eu vi aqui um apanhado dos países do mundo. Em pesquisa e desenvolvimento, o País investe pouco mais de 1% do seu PIB. Vi aqui o Japão com investimentos de mais de 3%; a Coreia do Sul, que foi o grande vetor de desenvolvimento em curto prazo, é um dos países que mais investe em ciência e tecnologia, juntamente com Israel, fora Finlândia, Suécia, Alemanha, Austrália e Suíça.

Então, eu gostaria de ver o nosso País investindo mais em ciência e tecnologia, que é o vetor que puxa o desenvolvimento de todas as outras atividades, para criar renda, aumentar o emprego e tornar o País mais competitivo no mercado internacional.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Magalhães) - Tem a palavra o Ministro Gilberto Kassab.

O SR. MINISTRO GILBERTO KASSAB - Agradeço a manifestação e as contribuições ao Deputado Júlio Cesar, um dos mais bem preparados Parlamentares desta Casa, conhecedor como poucos, em especial da nossa economia.



Em relação a sua indagação sobre os recursos para as cidades digitais, quero dizer a V.Exa., objetivamente, que nós estamos formulando uma nova avaliação desse programa por conta do lançamento do satélite. Nós temos o lançamento do satélite e temos a expectativa de aprovar no Senado a nova Lei Geral de Telecomunicações, e ambas as iniciativas vão contribuir para aumentar a oferta de banda larga numa escala muito grande. Aí nós vamos ter um novo orçamento e uma nova realidade de oferta de banda larga. Eu assumo o compromisso, junto com a nossa equipe, de enviar esses estudos a V.Exa. e à Comissão assim que estiverem concluídos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Magalhães) - Com a palavra o Deputado Takayama.

O SR. DEPUTADO TAKAYAMA - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Ministro Kassab, demais membros do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, não sei se posso acrescentar alguma coisa ao que foi dito, mas vou trazer minha pequena contribuição, num momento em que a Nação está passando por uma recessão.

Até há bem pouco tempo, usava-se um jargão popular: *“Não faça as coisas a Miguelão”*. Hoje, mudaram para: *“Não faça as coisas a Bernardão”*, que virou sinônimo de coisa ruim, malfeita. Graças a Deus, Ministro, V.Exa. ocupa esse Ministério que é um espelho para a nossa sociedade e para o mundo.

Percebemos que tanto as comunicações como a ciência e tecnologia mudam a passos rapidíssimos, e essa modernidade se resume em uma palavra.

Eu gostaria de imaginar que estou trazendo minha contribuição a todos os companheiros. E eu quero aqui enaltecer a equipe maravilhosa que V.Exa. tem.

Nós vivemos um retrocesso muito grande no período anterior ao de V.Exa., porém acreditamos que uma palavra define sua equipe e todo o seu Ministério: sensibilidade. A velocidade com que se dão as mudanças nas comunicações, sejam analógicas ou digitais... Eu sou do tempo em que víamos a tela da TV chuvizando, e era tudo em branco e preto. Hoje, essa tela já nem existe mais, é colorida. Estamos num momento em que a TV em HD já está indo para 4K; o rádio passando de AM para FM; no campo da telefonia, os aparelhos fixos estão passando para os celulares. Eu sou do tempo do aipim, hoje há iPad, iPhone, iTunes, iCloud e não sei



o que mais. Eu sou do tempo da fita K7. Veio o CD, e hoje já não se usa mais o CD. Vemos, assim, com que velocidade a comunicação muda.

Gostaria de parabenizar V.Exa., Ministro Kassab, por esse olhar de modernidade e por essa visão de futuro. Quando falamos em visão de futuro, falamos em modernidade, em construção, em compreensão, em ponderação. ´

Que toda essa equipe de alto nível, de alto quilate, possa ajudar a desenvolver esta Nação tão sofrida, que passou por tanto retrocesso. E não estamos criticando questão partidária. Até os próprios membros do partido desse Ministro que trouxe tanto prejuízo são unânimes em dizer que ele foi um retrocesso. Mas este é um novo tempo. Eu acredito que esta nova equipe significa um novo patamar.

Deixo aqui minha contribuição no tocante às rádios. Até há bem pouco tempo, o rádio funcionava em Ondas Curtas, o que me lembrou um ex-Deputado famoso aqui, chamado Matheus lensen. Depois, passou a funcionar em AM. Hoje, já não é mais nem AM; mudou de AM para FM. Vejam a mudança.

Ministro, eu queria deixar, então, esta observação, apelando para a sua sensibilidade, que é um sinônimo de modernidade de cada membro do Ministério, dos técnicos: olhem para o fato de que uma rádio FM, nos cinco mil e poucos Municípios do Brasil, é diferente de uma rede de TV como Globo, SBT, Record ou Band. É diferente!

O que eu percebo é que os donos de rádios, coitados, sofrem, primeiro, porque não é deles. Trata-se de uma concessão, de uma autorização que eles têm. Segundo, quando querem fazer uma melhoria — a população está crescendo — em suas rádios, porque têm de pagar um pedágio impossível. Eu diria que nem as grandes redes conseguem fazê-lo, neste momento de recessão. Aí, impõem esse tipo de insensibilidade, essa mudança de classe, aos pequenos donos de rádio, que já trabalham no vermelho.

Eu gostaria que a equipe técnica de V.Exa. pudesse, nessa construção, ter essa sensibilidade para evitar os vícios de uma equipe arcaica, para não fazer as coisas à Bernardão.

Não bastassem as dificuldades, as rádios FM têm de concorrer com as comunitárias. E ninguém está aqui criticando as comunitárias. Eu acho que é uma



modernidade. Mas todo mundo sabe que uma rádio comunitária não tem muitas despesas. Já uma rádio FM que quer dar valor aos artistas, aos comunicadores, à arte, acaba tendo um retrocesso nessa área da arte que deveria ser a tônica de todas as rádios e, portanto, das comunicações.

As rádios FM não podem ter artistas na área da música ou ter bom profissionais das comunicações, como um bom comunicador, o que se torna um desestímulo, porque não há estrutura.

Eu poderia dar aqui algumas contribuições, Sr. Ministro. Por exemplo, em vez de cobrar antecipadamente, como querem fazer... Vou dar o exemplo da *Rádio Capelinha*, se não me engano, uma rádio católica, no Município de Pinhais, perto de Curitiba. A rádio quer melhorar. Ninguém está aqui para promover atraso de vida! O Ministro passado queria cobrar 730 mil reais dessa rádio. É para chorar! Não tem como! Nenhuma rádio que hoje já está operando.... Quando as pessoas vivem em recessão, a primeira coisa que cortam é a comunicação ou a divulgação.

Vou dar outro exemplo, para não dizerem que falei disso porque sou do Paraná. No Município de Gaspar, não sei se fica em Santa Catarina ou no Rio Grande do Sul, há uma rádio que, para mudar de classe, para melhorar um pouquinho, tem de pagar 350 mil reais. Como é que uma rádio dessa vai ter 350 mil reais?

Cito o exemplo da *Rádio Dimensão*, do Município de Lapa, que fica a 70 quilômetros de Curitiba. Há uma norma do próprio Ministério, de fevereiro de 1967, que regulamenta que uma FM tem de ter seu valor ajustado ao caráter local. Então aí há uma incoerência, porque querem cobrar um valor absurdo. Por exemplo, dessa rádio de Lapa querem cobrar quatrocentos e lá vai pedrada. É impossível! É para dizer que elas não vão ter ajuda nenhuma do Município. Se o Ministério quer continuar mantendo esses valores, que parcele o pagamento, porque nem as grandes rádios conseguem pagar isso à vista.

Então, nessa questão da modernidade, em nome dos artistas, dos cantores, que precisam da divulgação, e do povo, que precisa ouvir a rádio, eu pediria ao nobre Ministro e equipe essa sensibilidade. Ou se parcela esse pagamento ou entraremos com projeto para regulamentar essa situação, porque uma lei é superior a um decreto. Porém, acho que nem precisaríamos disso. Basta que o Ministério



diga que terá essa sensibilidade de parcelar ou pelo menos que irá voltar a essa cobrança que o Bernardão acabou prejudicando.

Modernidade é lutar contra essa burocracia. Sob o risco de brevemente até as rádios FM se tornarem obsoletas, eu gostaria de pedir a sensibilidade dos companheiros no Ministério porque amanhã, ainda que queiram aumentar, já não haverá mais rádios FM!

Muito obrigado.

O SR. MINISTRO GILBERTO KASSAB - Obrigado, Deputado Takayama, por sua contribuição.

Enquanto o senhor falava, nossa Secretária Vanda concordava com a cabeça para que recebêssemos o senhor. Nosso chefe de gabinete, o Takahashi, vai marcar uma reunião para que o senhor, eu e nossa equipe identifiquemos suas expectativas e o que pode ser assimilado, dentro da lei, por políticas públicas e mudanças compatíveis com nossas convicções, convicções de governo, em relação ao que vimos fazendo. Vamos recebê-lo com prazer, para discutirmos a questão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Magalhães) - Concedo a palavra ao Deputado Goulart.

O SR. DEPUTADO GOULART - Sr. Presidente Paulo Magalhães, quero cumprimentá-lo pela brilhante audiência pública, bem como o Vice-Presidente Sandro Alex e o Ministro Gilberto Kassab.

Meus cumprimentos, Ministro, pela excelente equipe! Eu já tive a oportunidade de trabalhar com V.Exa. em outras oportunidades, em São Paulo, por 6 ou 8 anos, na época em que eu era Vereador.

O exemplo que V.Exa. dava em São Paulo se repete aqui em Brasília, no Ministério da Ciência e Comunicações. Trata-se de equipes fantásticas, com pessoas do mais alto nível!

Eu participo da Frente Parlamentar de Apoio à Radiodifusão, que realizou várias audiências para acertar os custos de transição. Recentemente, participamos, no Palácio, da sanção do projeto em que houve um acerto com os representantes da radiodifusão.

Portanto, eu acho que a equipe está de parabéns por tudo o que tem feito.



Eu tenho recorrido com frequência à ANATEL, tenho ocupado muito o Dr. Juarez, uma pessoa fantástica, e sua equipe.

Eu vivo na cidade de São Paulo, uma metrópole, onde temos, nos rincões que o Ministro tão bem conhece, casos em que os pais compram um computador para o filho e depois têm que viajar alguns quilômetros para ir à casa de um parente usar o computador. Há também aqueles casos em que o comerciante, para usar o cartão de crédito, tem que botar uma antena clandestina, e depois a polícia ambiental vai lá criar problemas para ele, sem falar nos problemas reais que eles criam.

A ANATEL tem tido um carinho e uma atenção muito especial para resolver estes problemas, entre outros, de toda ordem.

Eu estive conversando com o Pertusi, e nós temos ao lado da igreja do Padre Marcelo aqueles dejetos radioativos, um problema muito grande. Na época em que o Ministro ocupava o cargo como prefeito, ele até fez um decreto de utilidade pública da área para fazer a extensão de uma avenida.

Enfim, eu acho que, com essa equipe competente e com o trabalho que o Guilherme Campos tem feito à frente dos Correios, mesmo com todas as dificuldades enfrentadas pela sua equipe de excelência e todos os problemas orçamentários que vivemos, tenho certeza de que o Ministério sairá enriquecido com a sua presença na Pasta. Nesta Comissão, comandada pelo nosso Líder Paulo Magalhães, da qual tenho o privilégio de ser membro, como auxiliar, vamos debater todos estes temas, além dos temas específicos sobre a questão dos foguetes e do programa nuclear brasileiro, a fim de descobrir o que podemos fazer para ajudar o Ministério.

Espero preencheremos todas as lacunas financeiras que faltam ao Ministério.

Parabéns, Ministro!

Obrigado pela manifestação de que vai torcer para o Corinthians e contra a Ponte Preta. O Guilherme não vai gostar, mas isso é muito importante. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Magalhães) - Agradeço ao eminente Deputado.

Concedo a palavra ao Ministro Gilberto Kassab.



O SR. MINISTRO GILBERTO KASSAB - Obrigado, Deputado Goulart. Foi muito bem lembrado: trabalhamos juntos por 8 anos, o então Vereador Goulart; por 1 ano, eu, como Vice-Prefeito; e depois 7 anos, como Prefeito.

Agradeço as suas considerações e, principalmente, o seu apoio à nossa gestão. V.Exa. sempre esteve presente, sempre apresentou ideias e sempre sugeriu parcerias importantes para nosso Ministério e para o Governo Federal.

Encerrando, faço um apelo a V.Exa., do fundo do coração, para que este enfrentamento com o Guilherme Campos no domingo seja feito de maneira civilizada e respeitosa, continuando uma amizade que é muito sólida. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Magalhães) - Concedo a palavra ao Deputado Izalci, Presidente da Frente.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Sr. Ministro, em primeiro lugar, faço minhas as palavras dos Deputados que elogiaram a sua equipe. Realmente, não é fácil montar uma equipe disposta a enfrentar a nossa legislação, que incentiva a não fazer nada. Quem faz alguma coisa sempre responde pelo que faz. No meu governo, com certeza vou pedir o auxílio a V.Exa. para indicar algumas pessoas, até porque espero a parceria do PSD.

Hoje de manhã, fizemos não digo o relançamento da Frente, mas uma bela reunião sobre a programação para este ano da Frente Parlamentar de Ciência, Tecnologia, Inovação e Pesquisa. V.Exa. mencionou vários itens que foram abordados pela Frente.

Nossa primeira preocupação diz respeito aos vetos, questão que precisamos rever urgentemente. Eu sei que o caminho vai ser mesmo: nós vamos trabalhar no Senado para que o projeto ande mais rápido. Ele provavelmente será vetado novamente, mas temos que trabalhar para derrubar o veto. Isso é fundamental, porque os vetos interferem na captação de recursos. Já que nós temos problema de orçamento, temos que captar recursos no exterior ou na iniciativa privada. A inovação acontece mais nas micro e pequenas empresas. Foi vetado também este item na questão dos vetos.

A questão orçamentária é, de fato, preocupante. Como foi dito pelo Deputado Pansera, o corte representa realmente 50% — agora, mais 40% dos 50%. Então, ficou uma coisa quase inviável. A situação é gritante.



É evidente que, quanto à proposta de médio prazo de proibir o descontingenciamento, nós já fizemos isso por meio da LDO, independentemente da lei específica. O ideal mesmo é fazer a lei proibindo definitivamente.

Nesta última LDO, nós apresentamos uma emenda que, infelizmente, foi rejeitada. No entanto, nós temos que fazer um esforço danado, e vamos fazer um grande esforço pela Frente, mas eu gostaria que todos ajudassem nesta LDO e na LOA, para colocar este “independentemente da lei”, como foi proposto por V.Exa.

Uma demanda muito forte consiste em transformar este fundo contábil em fundo financeiro. Realmente, nós vemos esses belos fundos, mas a grana mesmo não aparece: fica só na contabilidade! Portanto, nós temos que sair da parte contábil para a financeira.

Estes são, Ministro, os pontos mais preocupantes. É evidente que a partir de agora nós colocamos outra preocupação. Eu acho que nós avançamos bem na legislação que diz respeito à ciência e à tecnologia: nós mexemos na Constituição, introduzimos inovações, regulamentamos quase tudo. Aliás, está saindo, ainda nesta semana, parece, a regulamentação da lei, o que vai ajudar bastante até para divulgá-la, já que aqui no Brasil existe lei que pega e lei que não pega, talvez por falta de divulgação ou de prática.

Portanto, eu espero que com esta regulamentação nós consigamos amenizar os vários problemas que estão ocorrendo.

Como estabelecemos, vamos fazer, de 15 em 15 dias ou, no mínimo, uma vez por mês, uma reunião sobre estes temas, como fizemos antes.

Eu faço um pedido à Oposição. Até agora, quando fui oposição — não apenas eu, mas todos os partidos que eram da Oposição passada —, na linha da ciência e da tecnologia, nós trabalhamos esta matéria como suprapartidária. Nosso partido é da ciência e da tecnologia, mas eu espero que agora tenhamos a mesma atenção, no sentido de que a Oposição, como partido, tenha os olhos voltados para a ciência e a tecnologia.

Eu me sinto animado. Espero que consigamos, com o auxílio de V.Exa., atingir estas metas.

Eu participei da audiência pública sobre os Correios. Foi preocupante o que aconteceu. Eu tenho certeza de que o Guilherme vai superar estas dificuldades. Eu



quero colocar a Frente Parlamentar da Ciência e Inovação à disposição do Ministério, para que possamos avançar mais.

Como foi dito, no Brasil, nós temos a aplicação de pouco mais de 1% do PIB em ciência e tecnologia. Precisamos chegar aos índices da Coreia ou, pelo menos, sonhar e chegar a 4% do PIB. Precisamos fazer uma escala para atingir este nível.

Quero parabenizar V.Exa. pelo trabalho, disposição e intenção. Juntos, vamos lutar para transformar este nosso sonho da ciência e da tecnologia em realidade.

O Brasil tem que aproveitar melhor os seus pesquisadores. Aliás, quero parabenizá-los. O Brasil está muito bem em pesquisa. Agora, precisamos apoiá-los. Basta ver o que aconteceu com a nossa pesquisadora, no caso da zika.

O Brasil precisa de incentivos, de recursos, que não precisam ser grandes. O mais importante, como foi dito, é a regularidade dos recursos. O pior de tudo é não ter recurso para dar sequência ao que foi iniciado.

A Frente Parlamentar está à disposição de V.Exa., Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Magalhães) - Agradeço ao Deputado Izalci.

Concedo a palavra ao Ministro Gilberto Kassab.

O SR. MINISTRO GILBERTO KASSAB - Obrigado, Deputado Izalci. Eu não poderia deixar de aproveitar a oportunidade para cumprimentar V.Exa. pelo trabalho que faz na liderança da Frente Parlamentar que tanto apoio tem dado não apenas ao Ministério, mas também ao País, no campo da ciência, da pesquisa e da inovação. As contribuições de V.Exa. são de grande importância para nossa gestão, e seu trabalho dentro do Congresso tem sido efetivamente uma referência, um balizador na ação de diversos Parlamentares. Eu agradeço muito a sua presença e a sua contribuição.

A pedido do Presidente, a fim de encerrar nossa participação, agradeço a esta Comissão, ao Deputado Paulo Magalhães, ao Deputado Sandro Alex e a todos os Parlamentares que participaram desta audiência e, mais de uma vez, ratifico nossa disposição de estar sempre presente. Estaremos sempre presente, quando convidado ou convocado, pessoalmente ou por nossas equipes. Iremos sempre recebê-los no nosso gabinete ou no nosso Ministério.



Espero que com esta parceria e este trabalho conjunto possamos contribuir para termos sucesso em tudo o que aqui foi apresentado e consolidarmos nossos projetos, nossas políticas públicas, deixando, ao fim desta gestão, o País melhor no campo das ciências, da pesquisa, da inovação e da tecnologia.

Muito obrigado a todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Magalhães) - Ministro Kassab, Dr. Juarez, Deputado Sandro Alex, ao saudá-los, quero fazê-lo a todos os palestrantes, aos Deputados e ao público em geral.

Ministro Gilberto Kassab, em todos os cargos por que V.Exa. passou deu lustro a eles! Ao vir a esta Comissão, que comandou com maestria, V.Exa. nos dá o privilégio de assistir a tudo o que se faz de novo em tecnologia e comunicação.

Tratamos aqui de rádio, banda larga, satélite, foguete, mineração. Ora, senhores e senhoras, Gilberto Kassab dá ao Brasil, mais uma vez, a demonstração da sua sensibilidade. Dá aos Deputados a tranquilidade de dizer que estamos no caminho certo. Se erros existiram no passado, vamos superá-los a todos, com esta equipe brilhante que Gilberto Kassab comanda e, acima de tudo, com a confiança desta Casa Legislativa.

Ministro Kassab, esteja certo de que eu e o Senador Otto Alencar, junto com nossos pares, vamos viabilizar o Fundo. Esta luta é nossa, é a luta daqueles que querem a ciência e a tecnologia em primeiro lugar. *(Palmas.)*

Fiz questão de deixar o Deputado Izalci falar por último porque S.Exa., como membro e Presidente da Frente Parlamentar da Ciência e Tecnologia, será nosso aliado nesta luta.

Quero agradecer aos senhores e dizer ao Brasil e aos membros dos Correios e Telégrafos, nas palavras ratificadas pelo Presidente Guilherme e pelo Ministro Gilberto Kassab, que não vamos privatizar os Correios. Nós vamos fortalecer os Correios! Fortalecendo os Correios, fortaleceremos o Brasil.

Está encerrada a presente reunião.

Muito obrigado. *(Palmas.)*